



FORMULÁRIO PARA RELATÓRIO FINAL

1. Identificação do Projeto

Título do Projeto PIBIC/PAIC

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL DA UFAM E CONCURSOS PÚBLICOS DO ESTADO DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Orientador

Professora Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Aluno

Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa

2. Informações de Acesso ao Documento

2.1 Este documento é confidencial?

SIM

NÃO

2.2 Este trabalho ocasionará registro de patente?

SIM

NÃO

2.3 Este trabalho pode ser liberado para reprodução?

SIM

NÃO

**2.4 Em caso de liberação parcial, quais dados podem ser liberados?
Especifique.**

3. Introdução

A formação profissional em Serviço Social deve ser realizada de modo que proporcione um amplo olhar sobre a realidade social, trazendo discussões sobre os aspectos sociais, históricos, econômicos, políticos e culturais da sociedade, além de capacitar profissionais para elaboração, execução e avaliação de projetos, programas, planos e programas, na busca pela viabilização e garantia dos direitos sociais por intermédio das políticas públicas. Para isto, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



em Serviço Social (ABEPSS) propõe diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, a fim de orientar uma formação que atenda aos objetivos profissionais comprometida com a sociedade.

Contudo, Iamamoto (2006) aponta que é necessário fazer constantes estudos sobre a formação para que seja verificado se ela continua atendendo aos objetivos profissionais e tem acompanhado as novas demandas sociais, visto que a profissão se desenvolve de acordo com a sociedade. Com isto, para que fosse observado como tem sido conduzida a atual formação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), desenvolvemos o projeto de iniciação científica 2014/2015, no qual nos voltamos à avaliação da formação a partir da leitura dos egressos do Curso de Serviço Social da UFAM. Nesta ocasião, percebemos a necessidade de a matriz curricular proporcionar a construção de um perfil profissional comprometido com os objetivos da profissão e oferecer subsídios ao futuro profissional para que este possa conquistar espaço no mercado de trabalho.

Ainda que falemos de uma formação ampla e não utilitarista, voltada para leitura crítica da realidade, esta não pode desconsiderar as demandas que emanam do mercado de trabalho, ou seja, a formação precisa levar em conta o que é exigido pelo mercado e, ao mesmo tempo, possibilitar ao profissional em formação uma crítica da realidade social, instrumentalizando-o para propor estratégias de enfrentamento às expressões da questão social, tendo sempre em evidência o compromisso com o projeto ético-político da profissão.

Diante disto, foi proposto para esta pesquisa, a qual foi realizada pelo projeto de iniciação científica 2015/2016, o contraste da formação que tem sido realizada pela UFAM com os assuntos demandados pelas provas de concursos públicos realizados no estado do Amazonas. Para isto, tivemos as finalidades de contextualizar a formação em Serviço Social e sua relação com o mercado de trabalho; identificar se os conteúdos das provas dos concursos estão relacionados aos Núcleos de Fundamentação orientados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social; e verificar se o projeto de formação do curso de Serviço Social da UFAM atende às demandas postas pelas provas de concurso público realizadas no estado do Amazonas.

Assim, pudemos constatar e neste relatório apresentar se, além de propor a construção de um perfil profissional coerente com os objetivos do Serviço Social, a



formação atende às demandas das provas de concursos públicos, direcionando os futuros profissionais na inserção no mercado de trabalho.

4. Justificativa

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas é orientado pelas diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Então, busca propor a construção de um perfil profissional com ponto de vista crítico e apto para lidar com as demandas sociais, considerando que a formação e a prática profissionais devam se desenvolver de acordo com as transformações que ocorrem na sociedade. Para isto, o currículo deve ser composto pelos conteúdos e direcionamentos necessários para a construção de um perfil profissional comprometido com o projeto ético-político da profissão.

A matriz curricular atual foi criada no ano de 2009 para atender o curso noturno de Serviço Social implantado, neste mesmo ano, pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). E, já que o curso adere às diretrizes da ABEPSS e esta orienta que a formação profissional em serviço social deve ter o mesmo currículo tanto para os cursos diurnos quanto para os noturnos, bem como outras definições, a nova matriz passou a ser a mesma para o turno vespertino. Sendo criada com algumas diferenças do currículo anterior, como redução de nove períodos para oito, dentre outras.

E, além da necessidade de uma formação profissional comprometida com os objetivos do Serviço Social, sabe-se que a formação também deve permitir a inserção do assistente social no mercado de trabalho. Então, surgiu, para a pesquisadora responsável, docente do curso de Serviço Social, e para a pesquisadora auxiliar que se encontra na condição de discente do mesmo curso, o interesse em fazer um contraste do atual currículo do curso com os conteúdos que têm sido solicitados pelos concursos públicos realizados recentemente no Amazonas. Assim, pode ser identificado se a formação tem permitido ou, pelo menos, direcionado os discentes para a inserção no mercado de trabalho da região, como também pode oferecer elementos para que o colegiado do Curso de Serviço Social avalie a formação conduzida e possa, se necessário, redimensionar sua caminhada.



5. Objetivos

Objetivo geral:

Contrastar a formação em Serviço Social realizada pela UFAM com os conteúdos dos concursos públicos realizados no Amazonas.

Objetivos específicos:

- Contextualizar a formação em Serviço Social e sua relação com o mercado de trabalho;
- Identificar se os conteúdos das provas dos concursos estão relacionados aos Núcleos de Fundamentação orientados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social;
- Verificar se o projeto de formação do curso de Serviço Social da UFAM atende às demandas postas pelas provas de concurso público realizadas no estado do Amazonas.

6. Metodologia

Considerando que o curso de Serviço Social é embasado por uma perspectiva teórico-metodológica que proporciona uma visão crítica e lida com o processo de transformações da sociedade, do indivíduo e das relações sociais, julgamos mais adequado trabalhar com o método histórico-dialético, já que o mesmo é o que propõe o processo de investigação da realidade, e apresenta que é necessário abordar todos os aspectos do objeto a ser estudado e suas constantes mudanças, partindo da análise das situações e suas determinações.

Esta pesquisa teve dois espaços fundamentais para desenvolver sua análise. O primeiro *lócus* foi o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, que funciona no Instituto de Ciências Humanas e Letras, localizado no Campus Universitário, na Av. General Rodrigo Otávio, 3000, Coroado I. Nele foi consultada sua matriz curricular, a qual serviu de parâmetro para o contraste com os conteúdos das provas dos concursos públicos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



O segundo espaço foram os sites que anunciam concursos públicos e disponibilizam as provas dos certames realizados no Estado do Amazonas entre os anos de 2010 a 2015, dentre os quais consultados: Pci Concursos, Fundação Getúlio Vargas, Cesgranrio, Fundação Carlos Chagas, Fundação Professor Carlos Chagas Bittencourt – FUNCAB, Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES, Comissão Permanente de Concursos – COPEC, Cetro Concursos Públicos, Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE, entre outros.

Porém, encontramos algumas dificuldades para ter acesso a algumas provas, como as realizadas pela COPEC, por exemplo, pois elas não estavam disponíveis na internet e, mesmo após a tentativa de contato por email com a banca organizadora, não obtivemos resposta. Situação esta que se repetiu com as provas de algumas outras comissões. No entanto, por meio de contato com alguns assistentes sociais que concorreram a tais concursos e têm as provas, pudemos ter acesso a elas. As que não foram localizadas estão sinalizadas nos quadros expostos no item ‘Resultados e Discussões’ desta pesquisa.

Para garantir a exequibilidade da pesquisa, nos comprometemos a tomar as provas dos concursos públicos dos últimos cinco anos. No entanto, para garantir que ela ficasse mais atualizada possível, ampliamos as análises para um ano a mais, sendo assim, a pesquisa contou com avaliações das provas dos concursos dos últimos seis anos. Foram feitas a identificação, leitura, categorização e análise das referidas provas e seus editais.

Tais provas são realizadas com objetivo de selecionar profissionais de serviço social para atuar nos diversos campos sócio-ocupacionais que são, em sua maioria, instituições públicas. Considerando que o Serviço Social é uma profissão institucionalizada e assalariada, como as diversas outras, tivemos a intenção de obter conhecimento se o projeto de formação de Serviço Social da UFAM está direcionado para permitir, além da construção do perfil profissional proposto pela profissão, a inserção dos profissionais no mercado de trabalho.

A pesquisa é qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório, com estudos sobre o tema para torná-lo mais claro, com pesquisa bibliográfica, momento em que foram pesquisados livros, dissertações, artigos, etc., que embasam o estudo aqui proposto. Também é pesquisa documental, etapa na qual pesquisamos a maior quantidade de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



provas possíveis realizadas nos últimos seis anos, e analisadas, contrastando a formação profissional com os conteúdos presentes nelas.

A pesquisa foi direcionada pelas seguintes fases:

- Pesquisa bibliográfica: leitura e resumos de livros, artigos, etc., relacionados com o tema, fazendo parte de todo o processo da pesquisa, já que os materiais citados que foram utilizados nos forneceram o conhecimento necessário para o desenvolvimento desta;

- Pesquisa documental: Nesta etapa foram coletados os editais e as provas para as análises;

- Elaboração do relatório parcial da pesquisa: neste momento foram apresentados a pesquisa bibliográfica e os dados iniciais a respeito das características e particularidades dos concursos. Nesta etapa, a análise dos dados foi mais voltada ao que constava nos editais, no que diz respeito à carga horária de trabalho definida para os profissionais, a nomenclatura dada aos cargos e a quantidade de vagas disponibilizada;

- Análises aprofundadas sobre os conteúdos solicitados nas provas e suas relações com a formação profissional e as Diretrizes da ABEPSS;

- Elaboração do relatório final da pesquisa: este foi o momento de conclusão da pesquisa. Foi construído o presente relatório que obtém todas as informações da pesquisa, o seu desenvolvimento e todos os resultados alcançados. Estão aqui apresentadas as tentativas de respostas encontradas para os objetivos e questionamentos propostos no projeto. Além das análises que já existiam, nos debruçamos sobre as provas dos concursos, categorizando as questões de acordo com as disciplinas dos Núcleos de Fundamentação do currículo de Serviço Social da UFAM e contrastando os conteúdos das provas com as ementas e/ou objetivos das disciplinas;

- Apresentação Oral no XXIV CONIC: Aqui serão apresentados, para a banca examinadora e público presente, todos os procedimentos e informações que se encontram no presente relatório. Lembramos que esta etapa ainda não foi alcançada por estarmos esperando a definição da data deste evento no ano de 2016.

7. Resultados e Discussão



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, logo, ao ser partícipe do mercado de trabalho, assim como as demais profissões, recebe os impactos das várias e novas configurações do mundo do trabalho no que diz respeito à busca por oportunidades de emprego, anseio da categoria por qualificações para alcançar o emprego, aumento do trabalho terceirizado, além de, mesmo após alcançar uma vaga, os profissionais terem suas atribuições organizadas pelo empregador para o atendimento dos objetivos institucionais. Com isto, são causados sobrecarga de trabalho e desgaste físico e mental aos trabalhadores.

Ademais, Raichellis (2011) aponta que existe um obstáculo para o assistente social exercer sua atuação de acordo com o projeto ético-político; projeto este que é pautado na defesa intransigente dos direitos humanos, na busca pelo enfrentamento das expressões da Questão Social, o que demanda profissionais conhecedores da complexidade social, dotados de perspectiva social crítica, hábeis a propor estratégias de intervenção social, direcionados à viabilização e promoção dos direitos sociais, na intenção de alcançar uma nova ordem societária.

Para isto, a formação deste profissional é direcionada à construção de conhecimentos concernentes com os objetivos profissionais, capacitando-o a atuar de acordo com as demandas da profissão. No entanto, como é exposto nos itens anteriores deste trabalho, o Serviço Social tem alcançado seus objetivos profissionais e tido mais acesso à realidade de seus usuários a partir da atuação institucionalizada. Então, além de ser necessário à formação o acompanhamento das transformações sociais para capacitar profissionais conhecedores da realidade social, ela deve estar atualizada às novas demandas sociais que são identificadas a partir das instituições na intenção de direcionar e capacitar o assistente social ao mercado de trabalho.

Contudo, frente à realidade do mercado de trabalho sabemos que, neste processo, podem surgir imposições à atuação do assistente social que não sejam coerentes com a profissão. Diante disto, para que pudéssemos identificar os conteúdos exigidos para a inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho amazonense, buscamos as provas dos concursos realizados nos últimos seis anos no Amazonas para as vagas de assistente social, a fim de que pudéssemos analisá-las e identificar até que ponto elas são coerentes com a profissão e contrastar os assuntos cobrados com a formação realizada pela Universidade Federal do Amazonas. Neste caminho, também



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



avaliamos se a formação atual do curso de Serviço Social da UFAM subsidia a inserção de seus profissionais no mercado de trabalho.

Como já destacado, a pesquisa apresenta uma análise das provas dos concursos realizados entre 2010 e 2015. No entanto, o objetivo era avaliar as provas realizadas até o ano de 2014, mas, como tal pesquisa tem sua finalização em 2016, resolvemos acrescentar as provas dos concursos realizados em 2015 na tentativa de deixá-la mais atualizada possível.

Durante a pesquisa documental, tomamos conhecimento de que entre os anos de 2010 a 2015 foram realizados 34 concursos públicos para o cargo de Assistente Social no Amazonas. Destes concursos, 26,47% foram para os interiores do Amazonas e 73,53% para a cidade de Manaus, capital do Amazonas. Das provas realizadas para as vagas da capital, conseguimos ter acesso a 84% dos documentos e 16% não foram encontrados. Das provas realizadas para vagas nos demais municípios do estado, apenas 11,11% dos documentos foram obtidos e foram analisados. Contudo, todos os editais foram encontrados e entraram para análise, no que diz respeito ao Serviço Social.

Nos quadros apresentados a seguir estão sinalizados os documentos que foram encontrados e os que não foram. É possível identificar que algumas células estão destacadas com cor diferente, e foram colocadas desta maneira por se caracterizarem como divergências do que é regulamentado e requerido pela categoria profissional.

No quadro I podemos observar que no ano de 2010 ocorreram cinco concursos para o cargo de assistente social e, destes, 60% definiram em seus editais que a carga horária de trabalho seria maior do que 30 horas semanais, apresentando o não cumprimento do art. 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), que foi acrescido a ela por meio da Lei 12.317 de 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Quadro I – Concursos públicos de 2010 para o cargo Assistente Social

ÁREA	INSTITUIÇÃO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	BANCA	PROVAS OBTIDAS
	Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 15ª região – AM/RR	Agente Fiscal/ Assistente Social	30 h semanais	1	Instituto Quadrix	Documento não encontrado
Militar	Força Aérea Brasileira	Serviço Social	Não especificada	2	Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS)	PDF
Serviço Social ao Servidor Público	Prefeitura Municipal de Manaus/ Secretaria Municipal de Educação (SEMED)	Assistente Social	40 h semanais	10	Instituto Movens	PDF
Sociojurídica	Defensoria Pública da União (DPU)	Assistente Social	40 h semanais	1	CESPE/UNB	PDF
Serviço Social ao Servidor Público	Processamentos de Dados do Amazonas – PRODAM	Assistente Social	40h semanais	1	Fundação Professor Carlos Chagas Bittencourt – FUNCAB	PDF

Fonte: Pesquisa documental 2015/2016

A regulamentação desta lei que define a carga horária de trabalho do assistente social em 30 horas semanais se apresenta como uma grande conquista para a categoria, pois, se pararmos para analisar, este profissional lida diariamente com situações complexas e busca propor várias intervenções nas expressões da questão social. São situações totalmente relacionadas às pessoas e suas vidas em sociedade que demandam grande dedicação profissional, como também o estudo e a pesquisa contínuos na tentativa de encontrar respostas e soluções a serem propostas.

Considerando que, junto a toda a complexidade relacionada à atuação profissional do assistente social, existem as atividades para o alcance das metas e objetivos do empregador, é necessário um nível médio de horas trabalhadas, na tentativa de evitar a



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



este profissional o desgaste físico e mental. Conquista esta que, com certeza, seria interessante e justa a muitas categorias profissionais.

Ao observarmos o quadro II, vemos que, assim como no quadro anterior, a maioria dos concursos realizados em 2011 definiu a carga horária de trabalho do Assistente Social além das 30 horas semanais, não atendendo o que é regulamentado, representando 62,5%.

Quadro II – Concursos públicos de 2011 para o cargo de Assistente Social

ÁREA	INSTITUIÇÃO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	BANCA	PROVAS OBTIDAS
Assistência Social	Prefeitura Municipal de Caapiranga	Assistência Social	40 h semanais	1	Instituto Brasileiro de Educação e Gestão – IBEG	Documento não encontrado
Assistência Social	Prefeitura municipal de Amaturá	Assistente Social da Família	Não especificado	2	Comissão Permanente de Concursos – COPEC	Documento não encontrado
Assistência Social	Prefeitura Municipal de Anamá	Assistente Social	40 h semanais	1	Comissão Permanente de Concursos – COPEC	Documento não encontrado
Educação	Secretaria Estadual de Educação – SEDUC	Assistente Social	30h semanais	Não Especificada	Centro de Seleção e Promoção de Eventos - CESPE/ UNB	PDF
Educação	Prefeitura Municipal de Humaitá	Assistente Social	40 h semanais	2	Comissão Permanente de Concursos – COPEC	Documento não encontrado
Legislativa	Assembleia Legislativa do Amazonas – ALEAM	Analista Legislativo/ Assistente Social	30 a 40 h sem	2	Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE	PDF
Serviço Social p/ servidor público	Prefeitura Municipal de Iranduba	Assistente Social	40 h semanais	4	Qualicon - Qualidade em Concursos	Impresso
Produção Rural	Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR	Assistente Social	40 h semanais	1	Comissão Permanente de Concursos – COPEC	Documento não encontrado

Fonte: Pesquisa documental 2015/2016

A identificação do não cumprimento da carga horária de trabalho estabelecida em lei nos remete às discussões de Venturi e Mattei (2008) e Previtali e Fagian (2014) sobre o mercado de trabalho, por meio das quais os autores afirmam que o mercado impõe aos trabalhadores a necessidade de serem polivalentes e flexíveis para aceitar as configurações do trabalho criadas para o atendimento das metas do sistema capitalista.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Ademais, ao olharmos para a quantidade de vagas que foram disponibilizadas, pelo menos nos concursos do ano de 2011, identificamos que foram pouquíssimas, considerando que, diante das várias expressões da questão social manifestadas na sociedade, é necessária a atuação do assistente social em várias áreas.

A pouca disponibilidade oferecida pelo mercado de trabalho é outro fator apontado pelos autores citados, quando afirmam que, na solicitação por trabalhadores polivalentes e multitarefa, o mercado “obriga” os profissionais que alcançam as vagas de emprego a assumirem as atividades que deveriam ser divididas entre mais profissionais, causando dificuldade para o alcance da inserção no mercado e aumento do nível de desemprego, mesmo que haja pessoas qualificadas disponíveis.

Tais apontamentos se mostram reais, visto que nos quadros I e II a maioria dos concursos disponibilizou poucas vagas com, praticamente, o dobro da carga horária definida em lei. Desta forma, entendemos que, na verdade, tais instituições necessitam, praticamente, do dobro de profissionais demandados.

Nestes quadros também estão destacadas as nomenclaturas dos cargos que não foram intitulados como “Assistente Social”, já que este deveria ser o cargo disponibilizado ao profissional de Serviço Social. Supomos, por um momento, que a causa destes nomes acrescentados ao cargo do assistente social fosse para encontrar meios de fugir do dever de aceitar que estes profissionais cumpram a carga horária de 30 horas semanais definida por lei.

Porém, ao consultarmos documento do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2011) ficou explícito que, mesmo diante de cargos com nomes genéricos, se o profissional exerce atribuições equivalentes aos artigos 4 e 5 da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993) que dispõem sobre as competências e atribuições privativas do assistente social, ele é amparado pela lei que define a carga horária máxima de trabalho em 30 horas semanais.

No entanto, com cargos de nomenclatura correta ou genérica, a realidade é que a lei criada para garantir qualidade do trabalho e de vida do profissional não está sendo cumprida – o que é lamentável à categoria profissional. O cargo de Agente Fiscal/Assistente Social não foi destacado por não estar em divergência com a profissão, considerando que os fiscais dos Conselhos Regionais de Serviço Social têm de ser assistentes sociais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



No quadro III, o qual apresenta os concursos que foram realizados no ano de 2012, podemos ver que a quantidade de vagas ofertadas foi 11% maior que as disponibilizadas nos concursos de 2010 e 2011. E da mesma forma que nos concursos dos dois anos anteriores, várias instituições definiram a carga horária de trabalho acima das 30 horas máximas que são garantidas por lei.

Quadro III – Concursos públicos de 2012 para o cargo de Assistente Social

ÁREA	INSTITUIÇÃO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	BANCA	PROVAS OBTIDAS
Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SEMASDH	Assistente Social	40 h semanais	5	Cetro Concursos Públicos	PDF
Cultura	Secretaria Estadual de Cultura – SEC	Assistente Social	30 h semanais	2	Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE	PDF
Educação	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Assistente Social	40 h semanais	1	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Impresso
Idoso	Fundação de Apoio ao Idoso "Doutor Thomas"	Analista Municipal Assistencial/ Assistente Social	40 h semanais	6	Cetro Concursos Públicos	Impresso
Planejamento Urbano	Instituto Municipal de Ordem e Planejamento Urbano – IMPLURB	Analista Municipal Administrativa / Serviço Social	40 h semanais	2	Cetro Concursos Públicos	Impresso
Saúde	Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA	Assistente Social	30 h semanais	22	Cetro Concursos Públicos	PDF
Saúde	Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA	Auditor do SUS/ Assistente Social	40 h semanais	1	Cetro Concursos Públicos	PDF

Fonte: Pesquisa documental 2015/2016

Aqui, atraíram nossa atenção os dados a respeito dos concursos da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), os quais apontam dois concursos; um para o cargo específico de assistente social com carga horária de 30 horas semanais e outro que demanda a função deste mesmo profissional como auditor do SUS, porém com a carga horária de 40 horas. De modo parcial, nos remeteu à hipótese de que as instituições utilizam intitulações diferenciadas para atribuir outras atividades a este profissional e usufruir mais horas de seu trabalho. Sendo assim, não podemos afirmar que a intenção de todas as instituições em alternar a nomenclatura dos cargos é para usufruir mais horas trabalhadas, mas pode ser considerado que, pelo menos algumas, têm tal intencionalidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Outro dado que se repete diz respeito à nomenclatura genérica dada aos cargos e isto nos lembra as falas de Silva e Vallina (2005) quando apontam que as novas nomenclaturas dadas aos cargos do assistente social, assim como as possíveis atribuições diferenciadas dos objetivos da profissão que são postas para o atendimento dos objetivos institucionais, causam estranhamento a este trabalhador para com sua profissão, tornando a ele, muitas vezes, o não reconhecimento como profissional de Serviço Social, mesmo que graduado por tal curso superior e registrado no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

Concordamos que tais implicações resultem da tentativa do mercado em adequar a dinâmica do trabalho do assistente social às suas intenções, porém salientamos que o profissional deve buscar conhecer e dominar a profissão pela qual foi titulado e pela qual se insere no mercado de trabalho. A formação também deve ser bem realizada proporcionando os entendimentos necessários, mas a iniciativa própria pela busca do conhecimento deve prevalecer para que, além de lutar pelos direitos de seus usuários, este profissional busque a garantia dos seus, mesmo diante das novas configurações do mercado de trabalho.

No quadro IV podemos ver que o número de concursos públicos do ano de 2013 foi menor do que nos anos anteriores, com a disponibilização de sete vagas. Porém, observamos que, mesmo com nome de cargo diferente, um deles obedece à definição de 30 horas semanais de trabalho, enquanto a outra instituição altera a titulação do cargo e a carga horária. E, até aqui, foi identificado que os órgãos que mais demandaram a atuação do assistente social foram os municipais e estaduais, havendo pouca disponibilidade de concursos para os órgãos federais.

Quadro IV– Concursos públicos de 2013 para o cargo de Assistente Social

ÁREA	INSTITUIÇÃO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	BANCA	PROVAS OBTIDAS
Sociojurídica	Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM	Analista Judiciário I / Serviço Social	30 h semanais	7	Fundação Getulio Vargas / FGV projetos	PDF

Fonte: Pesquisa documental 2015/2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



No quadro V podemos verificar que a disponibilidade de vagas foi muito maior que nos três anos anteriores, tendo sido oferecidas, no total, 298 vagas – um pouco mais que o quádruplo de vagas oferecidas nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 juntos. Além de ser perceptível que o Estado deu ênfase para as vagas nas áreas da educação e saúde, o que nos remete às falas de alguns egressos do curso de Serviço Social da UFAM entrevistados na pesquisa que realizamos entre os anos de 2014 e 2015, por meio da qual os respondentes reconheceram que a atuação do assistente social na área da educação está se expandindo no Amazonas e, por isto, é necessário que a formação melhore as discussões a respeito da política de Educação e o exercício profissional junto a ela, para que sejam proporcionados maiores subsídios, pois estes se apresentam insuficientes nas reflexões propostas (COSTA e ANDRADE, 2015).

Quadro V – Concursos públicos de 2014 para o cargo de Assistente Social

ÁREA	INSTITUIÇÃO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	BANCA	PROVAS OBTIDAS
Educação	Secretaria Estadual de Educação – SEDUC	Assistente Social	30 h semanais	60	Fundação Getulio Vargas / FGV projetos	PDF
Educação	Instituto Federal de Educação do Amazonas – IFAM	Técnico Administrativo em Educação/ Assistente Social	40 h semanais	11	Fundação Professor Carlos Chagas Bittencourt – FUNCAB	PDF
Educação	Centro Tecnológico do Amazonas- CETAM	Analista técnico educacional - Serviço Social	40 h semanais	3	Fundação Carlos Chagas – FCC	Documento não encontrado
Tecnológica	Processamentos de Dados do Amazonas – PRODAM	Assistente Social	180 h mensais	1	Fundação Professor Carlos Chagas Bittencourt – FUNCAB	PDF
Saúde	Hospital Universitário Getulio Vargas (HUGV)- UFAM- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)	Assistente Social	30 h semanais	4	Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES	Impresso
Saúde	Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SUSAM	Assistente Social	30 h semanais	173	Fundação Getulio Vargas / FGV projetos	PDF
Saúde	Prefeitura Municipal de Tefé	Assistente Social	Não especificado	11	Comissão Permanente de Concursos – COPEC	Documento não encontrado
Serviço Social p/ servidor público	Superintendência da zona Franca de Manaus – SUFRAMA	Assistente Social	40 h semanais	1	Centro de Seleção e Promoção de Eventos - CESPE/ UNB	Impresso

Fonte: Pesquisa documental 2015/2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Na verdade, tal discussão é mais propiciada a partir da disciplina optativa “Serviço Social na área da Educação” e 2,43% dos entrevistados afirmaram que, assim como diversas outras disciplinas optativas, precisam ter mais discussões nas disciplinas básicas do curso e não somente nas disciplinas “extras”, porque fica muito à escolha da turma a optativa que será abordada, logo, não é possível abordar todas, como, de acordo com eles, seria necessário.

Ao mesmo tempo em que o oferecimento de disciplinas optativas foi considerado como um dos aspectos positivos por permitir o conhecimento sobre as diversas políticas, também houve aqueles que fizeram as observações acima, de que a escolha das optativas depende muito da turma, e geralmente as disciplinas mais escolhidas são as que dizem respeito às áreas da saúde, do sociojurídico, dentre outras. Além disto, disseram também que, mesmo nas disciplinas básicas do curso, os temas mais referenciados são estes citados.

Na análise dos resultados da pesquisa anterior, consideramos que isto ocorre porque são áreas que mais demandam assistentes sociais, logo, pode ser uma tentativa de dar maiores subsídios às futuras atuações profissionais. E no que diz respeito à área da saúde, pudemos ver aqui nesta pesquisa que foi a área que mais disponibilizou vagas para este profissional, então podemos constatar que, ao insistirem mais na escolha de algumas disciplinas, há intenção dos discentes em obter preparo para atuar em determinada área e também há intenção da formação e seus agentes formadores em direcionar o exercício profissional nas áreas em que, provavelmente, os profissionais serão inseridos, em sua maioria.

No entanto, afirmamos na pesquisa anterior que há necessidade de que a formação discuta o máximo possível de todas as áreas e políticas sociais setoriais para que, cada vez mais, a formação e a atuação sejam proporcionadas de forma articulada, considerando que o assistente social tem a possibilidade em atuar em qualquer área.

Também foi dito pelos respondentes da pesquisa supracitada que precisam ser melhoradas as abordagens sobre as legislações relacionadas à política de saúde e o aprofundamento de reflexões sobre a atuação profissional junto a ela. O que consideramos válido, visto que é uma das áreas que mais solicitam este profissional e o oferecimento de maiores suportes deve ser sempre melhorado. No entanto, como foi bem avaliada a ênfase que é dada à política de saúde na formação em Serviço Social da UFAM e diante da demanda que tem sido colocada pelas instituições públicas,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



consideramos que, neste aspecto, a formação consegue direcionar e subsidiar a inserção no mercado de trabalho desta área.

No quadro VI, no qual são apresentados os concursos realizados no ano de 2015, é visível que a quantidade de seleções foi bem menor, tendo sido realizados cinco concursos para assistente social e 80% deles definindo, assim como muitos dos anos anteriores, a carga horária de trabalho acima de 30 horas semanais.

Quadro VI – Concursos públicos de 2015 para o cargo de Assistente Social

ÁREA	INSTITUIÇÃO	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	BANCA	PROVAS OBTIDAS
Assistência Social	Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo	Assistente Social	40 h semanais	7	Comissão Permanente de Concursos – COPEC	Documento não encontrado
Assistência Social	Prefeitura de Juruá	Assistente Social	40 h semanais	4	Comissão Permanente de Concursos – COPEC	Documento não encontrado
Previdência	Prefeitura de Manaus- Manaus – Previdência – MANAUSPREV	Analista Previdenciário / Assistente Social	40 h semanais	2	Fundação Carlos Chagas – FCC	PDF
Militar	Exército brasileiro	Oficial Técnico Temporário/Serviço Social	40 h semanais	1		Documento não encontrado
Previdência	Instituto Municipal de Previdência dos servidores de Itacoatiara – IMPREVI	Assistente Social	30 h semanais	1	Comissão Permanente de Concursos – COPEC	Documento não encontrado

Fonte: Pesquisa documental 2015/2016.

Dentre os anos de concurso estabelecidos para esta pesquisa, este último foi o único que apresentou demandas para a área da Previdência Social, porém, com o oferecimento de três vagas apenas. Oferta esta que, provavelmente, é insuficiente, pois, historicamente, o campo da Seguridade Social, o qual compreende as políticas de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Assistência Social, Saúde e Previdência Social, é o que mais demanda a atuação do assistente social, visto que é direcionado para a garantia dos direitos essenciais da sociedade, principalmente da classe trabalhadora.

No entanto, com a exposição destes quadros, observamos que, destas três políticas, as instituições direcionadas às áreas da previdência social foram as que menos promoveram a efetivação de profissionais de Serviço Social. Desta forma, podemos entender a pouca ênfase dada à área da Previdência Social na formação, como foi afirmado por 2,43% dos egressos da pesquisa anterior a esta. Estes apontaram que ela é até discutida na formação, mas como integrante da Seguridade Social, e não como política setorial, destacando que os dois tipos de abordagem são totalmente necessários.

Podemos lembrar que, durante o exercício profissional, ao planejar, executar e avaliar políticas, programas e projetos, bem como orientar e encaminhar os usuários aos diversos serviços, o assistente social necessita de amplos conhecimentos para melhor direcionar os cidadãos aos quais atende, logo, as políticas sociais setoriais sempre se articulam. Então, mesmo sendo observado que tem sido disponibilizados poucas sobre a área da Previdência Social, as abordagens na formação são imprescindíveis ao exercício profissional.

A respeito dos concursos públicos realizados entre os anos de 2010 a 2015, 23,55% foram na área da Assistência Social; 14,70% na área da Saúde; 17,65% na área da Educação; 5,88% na área militar; 11,71% para a assistência ao servidor público; 2,95% para área de Planejamento Urbano; 5,88% para a Previdência Social; 5,88% para a área do Sociojurídico; 2,95% para área da Produção Rural; 2,95% para área Legislativa; 2,95% para área Tecnológica 2,95%; e 2,95% para área da Cultura.

Diante disto, observamos que as instituições responsáveis por questões de Habitação, Segurança Pública, assuntos dos povos indígenas e meio ambiente não ofereceram vagas para a efetivação de assistentes sociais, o que nos leva a supor que pode não haver a atuação deste profissional nestas instituições, ou existem aquelas que foram efetivadas há anos ou também a existência de profissionais sob vínculo celetista e/ou terceirizados.

Com a observação sobre os editais, pudemos identificar alguns aspectos que impõem fragilidades à atuação e qualidade de vida do assistente social enquanto trabalhador, o que nos levou a constatar as afirmações dos autores já aqui mencionados quando apontam que o Assistente Social, inserido nos campos sócio-ocupacionais,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



recebe impactos do sistema econômico atual sobre o seu trabalho para a inserção no mercado, como qualquer outro trabalhador.

Lembramos que, dos 34 concursos realizados entre o período de 2010 a 2015, apenas 22 provas foram obtidas. Ou seja, 64,70% das provas puderam ser analisadas. Então, partindo para as observações a respeito dos documentos avaliativos, identificamos que, no que concerne à composição/estrutura das provas, 63,64% tiveram entre 60 e 80 questões e 36,36% tiveram entre 32 e 58 questões.

Os conteúdos presentes em todas foram os de português e os específicos da profissão. De todas as provas, a respeito dos demais conteúdos pertencentes a elas, 38,23% tiveram questões de informática; 29,41% de raciocínio lógico; 44,11% de legislação das instituições e/ou do servidor público, direito administrativo e constitucional; 5,88% demandavam a elaboração de redação; 2,94% demandaram conhecimento acerca da história/cultura amazonense; e apenas 2,94% dispunham somente de questões de português e de específicas da profissão.

Podemos observar que nestas provas são demandados vários conhecimentos para a inserção no mercado de trabalho, o que nos lembra as falas de Kuenzer (2003) quando afirma que, cada vez mais, é necessário que o trabalhador possua várias habilidades para alcançar os postos de emprego. E aqui isto pode ser considerado, visto a variedade de conhecimentos demandados nas provas.

Ao vermos o percentual significativo de provas que cobraram conhecimentos em informática, lembramos dos apontamentos de Lamamoto (2014). Compreendemos a partir da referida autora que o ensino superior brasileiro, bem como todo o processo educacional mundial, recebe fortes influências do mercado de trabalho, chegando, muitas vezes, a direcionar as instituições de ensino para o atendimento às demandas do mercado em detrimento do real e amplo papel da educação – fomentar a construção do conhecimento, a reflexão, etc.

Diante disto, a autora apresenta a mudança que ocorreu nas diretrizes curriculares elaboradas pela categoria, as quais foram aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC) em 2002, das quais foi retirada a parte que reafirmava o compromisso com valores e princípios norteadores do Código de Ética profissional, substituindo por utilização dos recursos da informática.

Isto é grave para os objetivos profissionais, pois, apesar de tal compromisso ser algo necessário e óbvio, a retirada desta ressalva do documento abre portas para



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



possíveis distorções, principalmente porque o projeto ético-político vai de encontro aos valores do sistema social e econômico vigente, então, sem as constantes reafirmações a respeito do compromisso com as finalidades da profissão expressas em seu projeto ético-político, são deixadas “brechas” para imposições que podem vir a enfraquecer os objetivos profissionais.

Com a definição feita pelo MEC, é colocado como obrigatoriedade o ensino de temas não tão impactantes à profissão e seus efeitos na vida da sociedade. A profissão é complexa e o período destinado à graduação já se torna pequeno devido ao arcabouço teórico e metodológico que a formação em Serviço Social demanda, então, provavelmente, para o cumprimento com tal (des) orientação posta, a formação realmente perderia espaço de reflexões imprescindíveis para fornecer o ensinamento de tais habilidades.

A formação em Serviço Social da UFAM, direcionada pelo currículo mínimo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), não dispõe do ensino dos recursos de informática – o que consideramos positivo, pois, como foi possível constatar na pesquisa realizada anteriormente a esta, o período de quatro anos é, supostamente, curto para oferecer todos os conteúdos necessários, como os próprios egressos entrevistados afirmaram.

Desta forma, não aderir a esta definição do MEC aparenta ser mais lógico para manter o espaço das discussões existentes. No entanto, é sabido que algumas outras instituições de ensino superior do Amazonas que oferecem a formação em Serviço Social disponibilizam disciplinas para o ensino da informática. Sobre os resultados e impactos de tal realidade na formação de outras instituições não podemos prestar análises, mas talvez possa ser verificado por meio de futuras pesquisas.

Tais habilidades são importantes para a melhor condução da atuação no cotidiano profissional, no entanto, podemos julgar que, neste momento de avaliação por meio das provas dos concursos, é válido destacar os conteúdos específicos da profissão, pois são mais complexos, densos e fundamentais.

Avaliar o candidato com ênfase nos conhecimentos específicos seria bem mais eficaz para averiguar se ele está apto para uma atuação satisfatória, pois são estes os conhecimentos obtidos exclusivamente pela formação que serão indispensáveis para o exercício profissional.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Como já apontado, além de grande parte das provas demandar assuntos de informática, também foram cobrados conhecimentos sobre a organização e legislações específicas dos órgãos contratantes, direitos administrativo, constitucional, dentre outros. Isto nos lembra a fala de 34% dos entrevistados da pesquisa que realizamos entre os anos de 2014 e 2015, os quais afirmaram que há dificuldade ao prestar concursos públicos porque muitos dos conteúdos requisitados nas provas não estão ligados à profissão/formação e também porque algumas provas são mais objetivas (com estratégias, etc.), diferente da formação que é mais crítica e reflexiva.

Afirmamos ser importante a aprovação e classificação nos concursos, e principalmente que a formação conduza os temas referentes à profissão que são requeridos, porém a complexidade e reflexão trabalhadas na formação são imprescindíveis e não podem, em hipótese alguma, ser dispensadas.

Diante do que foi observado nas provas aqui analisadas, realmente percebemos que vários outros assuntos são cobrados, o que pode dificultar a aprovação e classificação, já que não são conteúdos com os quais os profissionais estão habituados, pelo menos do ângulo da formação em Serviço Social. E nos lembra as falas de Chauí (2014), pelas quais entendemos que é fomentada, na sociedade em que vivemos, a ideologia da competência, que é utilizada tanto para distinguir os trabalhadores manuais dos intelectuais – os “competentes” para organizar e liderar, quanto para, por meio do saber técnico-científico, gerar a concorrência entre os trabalhadores “intelectuais” ao classificar como competente aquele que possui mais habilidades e/ou qualificações. Daí a demanda do mercado de trabalho por profissionais que tenham, cada vez mais, habilidades e/ou “conhecimentos”.

Como já destacamos, consideramos mais coerente que as provas dos concursos testassem os conhecimentos disponibilizando, pelo menos, 50% das questões para os assuntos específicos da profissão. E, ao observarmos as questões que as provas haviam dito que eram específicas, identificamos que, segundo o que as bancas distinguiram como questões específicas da profissão, 54,54% das provas tiveram entre 50% e 75% de questões dos assuntos específicos da profissão e 45,46% tiveram entre 28% e 49% de questões específicas. De acordo com isto, pode ser considerado que os assuntos específicos da profissão foram bem enfatizados nas provas.

No entanto, ao observarmos cada questão denominada como específica pelos concursos, constatamos que as que eram realmente específicas da profissão têm



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



quantidade muito menor do que as citadas acima. Isto porque a maioria dos concursos colocou as questões sobre as diversas políticas sociais setoriais, sobre as legislações específicas do órgão empregador e as legislações sociais como assuntos específicos da profissão.

Tais temas são muito importantes, porém nem todos são e devem ser trabalhados na formação. Por exemplo, o assistente social é profissional que pode atuar em diversas instituições, logo, não há viabilidade em discutir as legislações referentes a todas elas no momento da graduação. São conhecimentos válidos, mas não específicos da profissão.

As políticas sociais setoriais e as legislações sociais são assuntos que competem à profissão, no entanto, não são específicos e exclusivos do serviço social, pois também dizem respeito às áreas de atuação de outras profissões. Diferente das abordagens sobre a realidade social, as relações sociais originadas pelo modo de produção capitalista, a construção e desenvolvimento dos direitos e políticas sociais, ética e legislação profissional, dentre vários outros que são imprescindíveis ao perfil profissional do assistente social e são conhecimentos realmente articulados pela formação.

As diversas políticas e legislações são muito relevantes e importantes, mas não são exclusivas à profissão, além de que, como já destacado, elas podem sim ser mais abordadas na formação, mas sob perspectiva crítica, para amplas análises e reflexões a fim de trazer desenvolvimento à atuação que se desenvolve com tais conhecimentos, e não apenas como repasse de conhecimento sobre códigos e normas (como muitas provas demandam).

Então, considerando apenas as questões que realmente diziam respeito às abordagens mais voltadas ao Serviço Social, identificamos que 27,25% das provas tiveram entre 18% e 29% de questões específicas do Serviço Social; enquanto 54,55% tiveram entre 30% a 48%; e 18,18% dos concursos tiveram entre 50% e 62% da prova como questões específicas. Desta forma, podemos ver que, na realidade, a grande maioria das provas teve bem menos de 50% das questões com assuntos específicos da profissão.

Com isto, lembramos da pesquisa anterior a esta, realizada entre 2014 e 2015, na qual os entrevistados foram questionados se a formação lhes forneceu subsídios para concorrer em concursos públicos e 34% afirmaram que sim, totalmente, 49% consideraram que parcialmente, 12% disseram que não, e 5% não responderam. Dos que



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



consideraram negativamente ou de modo parcial, 66% consideraram desta forma porque os concursos públicos demandam muitas questões a respeito das diversas políticas sociais setoriais e legislações sociais, o que, segundo eles, não é amplamente trabalhado nas disciplinas básicas da formação, ficando mais para as disciplinas optativas tais discussões – o que os entrevistados apontaram como não tão satisfatório, pois há dificuldade em cursar todas as disciplinas optativas, logo é grande a probabilidade de não alcançar todos os conhecimentos das políticas setoriais por meio da formação.

A constatação que tivemos foi a de que, sim, é necessário que a formação seja revista para superar as limitações, no entanto, a gama de assuntos e reflexões é muito ampla e talvez não haja espaço para abordar minuciosamente cada assunto/tema. Por isto, há o enfoque nas questões mais complexas, nas discussões que farão mais impacto no momento do exercício profissional, na vida dos usuários do Serviço Social. E aqui pudemos reafirmá-la, pois, ao analisar cada questão, vimos que realmente são muito cobradas as políticas sociais setoriais e suas respectivas legislações, mas não por meio de reflexões e conquistas, mas sim quanto ao que está simplesmente escrito nos documentos que as regulamentam, como algo definido, não passível de críticas e argumentações.

Partindo para a comparação das questões dos concursos com as disciplinas do currículo vigente da formação em Serviço Social da UFAM – o currículo 2009, alocamos cada questão dita nas provas como específica da profissão nas respectivas disciplinas em que os assuntos são abordados. Assim como toda formação em Serviço Social direcionada pela ABEPSS, a formação da UFAM é composta por três núcleos de fundamentação: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional e Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira.

Além deles, a formação também é composta por Núcleo de Disciplinas Optativas, Seminários Temáticos, Oficinas, Projetos de Pesquisa e Extensão, dentre várias outras atividades. No entanto, aqui enfocaremos nos núcleos de fundamentação que são a parte organizativa central dos conteúdos imprescindíveis à formação.

Ao observarmos as questões específicas, identificamos que as 22 provas aqui analisadas totalizam 609 questões específicas. O núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social será o primeiro a ser aqui abordado. A ele pertencem 13,80% das questões específicas dos concursos aqui apresentados. Tal núcleo é



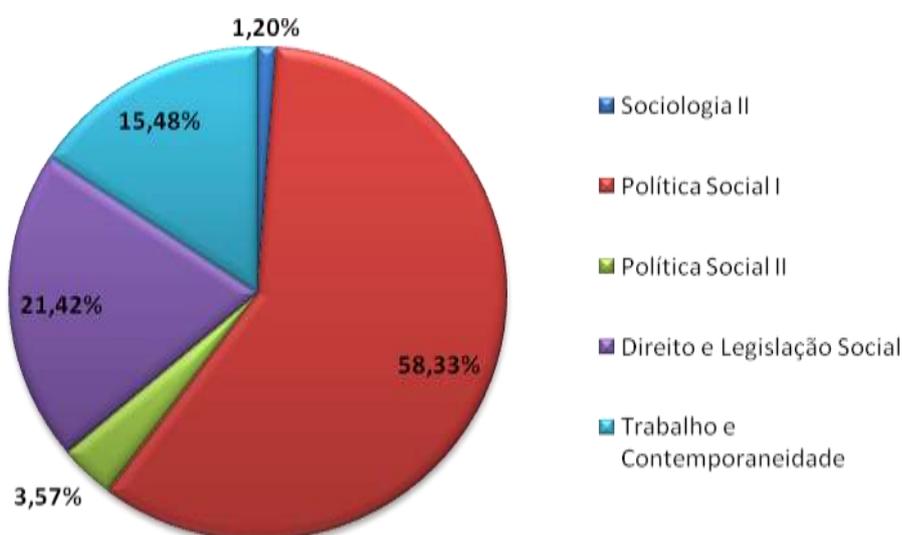
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



composto pelas disciplinas: Introdução à Filosofia, Comunicação em Prosa Moderna I, Comunicação em Prosa Moderna II, Sociologia I, Sociologia II, Sociologia III, Psicologia Geral I, Psicologia Social, Ciência Política, Economia Política, Política Social I, Política Social II, Direito e Legislação Social, Trabalho e Contemporaneidade e Teoria do Conhecimento. No entanto, no gráfico 1 poderá ser visualizado o percentual de questões, dentro dos 13,63% do núcleo, que cada uma das disciplinas teve nas provas.

Gráfico I – Disciplinas do núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social que tiveram questões nas provas



Fonte: Pesquisa documental 2015/2016.

Como podemos observar, apenas cinco das disciplinas deste núcleo tiveram seus conteúdos nas questões dos concursos. As questões que diziam respeito à disciplina de Sociologia abordavam a influência que a ideologia e os valores burgueses têm sobre a cultura. Tal temática é superinteressante, já que o assistente social lida com um público variado, no qual podem ser identificados diversos costumes, crenças, etc., logo, é importante que haja o conhecimento de que a cultura dominante não pode ser imposta, que deve haver o respeito com a diversidade, como é destacado no Código de Ética (1993) da profissão, para que o trabalho profissional alcance muito mais resultados e não seja limitado a valores social e historicamente construídos pelo viés do homem branco, burguês, colonizador.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Pode ser visto que, deste núcleo, os conteúdos mais abordados estão na disciplina de Política Social I. Nas questões que abordavam as temáticas referentes a ela, haviam questionamentos a respeito do sistema de proteção social brasileiro antes e após a década de 1980, os traços característicos dos modelos históricos do Estado de Bem-Estar Social, o neoliberalismo permeando a área social de modo mais aparente, os conceitos de questão social e vulnerabilidade social, a articulação e viabilização de direitos sociais por meio das políticas, a retomada da filantropia diante do contexto social e várias outras questões oriundas destas já apontadas.

Aqui pode ser considerado que a formação em Serviço Social da UFAM pode proporcionar amplos, se não totais, subsídios para estes assuntos, pois são abordagens constantes na formação, principalmente na disciplina de Política Social I que, como foi até ressaltado por 4,46% dos entrevistados da pesquisa que realizamos entre 2014 e 2015, é uma das principais disciplinas do curso, a qual traz um arcabouço extremamente rico para o entendimento do contexto social brasileiro e mundial. E, como pudemos ver na própria ementa da disciplina, ela é proposta para as discussões a respeito da

Origem sócio-histórica das formas de regulação social nas sociedades capitalistas, a questão social e as Políticas Sociais, o Welfare State [Estado de Bem-Estar social] e sua crise, os argumentos conservadores e o neoliberalismo, os novos paradigmas das políticas sociais, a questão social e a constituição da proteção social no Brasil, a formulação e a gestão das políticas sociais nas diferentes conjunturas sócio-históricas brasileiras (UFAM, 2009, p. 66-67).

Apesar de ter sido apresentado aqui um percentual de questões das provas que abordaram esta disciplina, identificamos que os temas referentes a ela estavam presentes em muitas outras, mas de modo articulado com os assuntos de outras disciplinas da formação. Diante disto, as apresentaremos posteriormente na categoria “assuntos que abrangem várias disciplinas”. Desta forma, é possível afirmar que as discussões essenciais, complexas, discutidas em Política Social estão em consonância com o que foi exigido nas provas.

No gráfico acima, a disciplina Política Social II é apresentada com percentual bem menor de questões, mas isto não significa que ela não tenha sido enfatizada nas provas. O que ocorre é que muitas questões foram elaboradas relacionando várias disciplinas, então, pertencerão à outra categoria, como já foi destacado. As questões categorizadas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



nesta disciplina estavam bem mais direcionadas a ela do que às demais que receberam articulação de várias disciplinas, e as abordagens foram sobre a atuação do assistente social junto às políticas sociais setoriais, em geral, bem como as diretrizes para os Conselhos de Políticas e Direitos Sociais e os objetivos das Políticas Sociais.

De acordo com a ementa apresentada no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (2009) da UFAM, além de tais discussões, por meio dela também são propostos os conhecimentos sobre “os direitos sociais, as Políticas Sociais e as mudanças na agenda pública a partir dos anos 90 no contexto brasileiro, as conseqüências do novo paradigma de política social [etc.]” (UFAM, 2009, p. 69). Desta forma, ela é proposta para dar continuidade às abordagens da disciplina anterior, na intenção de propiciar desde os conhecimentos mais longínquos até os mais atuais, fornecendo um entendimento bem mais articulado e amplo a respeito da trajetória das políticas e direitos sociais.

Os conteúdos demandados nas provas que estão relacionados à disciplina de direito e legislação social questionavam os conhecimentos a respeito das medidas socioeducativas às crianças e aos adolescentes em conflito com a lei, aos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Nacional da adoção; sobre a Lei Maria da Penha e as providências a serem buscadas para a denúncia de agressão à mulher, as legislações referentes à Saúde, Previdência Social e Assistência Social e alguns trâmites para o acesso aos serviços disponibilizados por estas políticas; a Constituição Federal de 1988 de modo geral e o Estatuto do Idoso.

De acordo com a ementa da disciplina, ela é proposta para a compreensão sobre “Sociedade e Lei. Direito, Justiça e Lei. Constituição e Direitos Sociais. Direitos Trabalhistas e Previdenciários. Direitos Sociais: menor, mulher, idoso, índio, meio ambiente e seguridade (saúde, previdência e assistência)” (UFAM, 2009). Diante disto, podemos observar que não são todos os conteúdos previstos na ementa da disciplina que foram cobrados nas provas.

Como foi destacado, as questões eram mais direcionadas ao conhecimento do que é expressamente apontado nos artigos das leis e, quando pouco diferente, algumas indagações sobre dos meios percorridos para acessar tais serviços, mas em momento algum foram demandadas reflexões a respeito da construção e do desenvolvimento da sociedade e suas leis, da real função e do atual papel da justiça, etc.

A respeito das discussões sobre os direitos sociais na sociedade brasileira podemos considerar que não foram tão esquecidas, se lembrarmos que a existência



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



destas abordagens foi apontada nas referências feitas às disciplinas de Política Social, mas, mesmo assim, são feitas com pouca ênfase. Sendo assim, podemos dizer que as observações feitas por alguns egressos entrevistados na pesquisa que realizamos entre 2014 e 2015 são verdadeiras, quando afirmaram que, nos concursos públicos, as políticas sociais e as legislações não são demandadas como propostas na formação, mas sim de modo mais exato, questionando especificamente o que é apresentado nos artigos e parágrafos das leis sociais. Nesta direção, podemos dizer que neste aspecto os concursos vão de encontro ao que é intencionado pela formação, pois, como os próprios objetivos da disciplina apresentam, ela é proposta para

Possibilitar ao aluno uma visão geral sobre os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal, assim como sobre as Leis de proteção ao trabalhador, ao consumidor, ao meio ambiente e a Legislação Previdenciária. [...] habilidade e a técnica da pesquisa sobre os Direitos Sociais na Constituição Federal; [...] sobre a legislação de proteção ao trabalhador, aos direitos previdenciários, ao consumidor, etc. (UFAM, 2009, p. 51).

Com isto, entendemos que a intenção é direcionar tais conteúdos para reflexões mais amplas, no sentido de, mais do que saber o que é dito em cada documento, poder visualizar que, assim como leis e políticas foram construídas e se desenvolvem em contextos e realidades complexas, podem ser direcionadas à transcendência das configurações sociais já estabelecidas.

As questões que foram identificadas com assuntos pertinentes à disciplina Trabalho e Contemporaneidade indagavam o conhecimento a respeito das perspectivas que consideram o Serviço Social como trabalho e não trabalho, as formas de gestão e o trabalho do assistente social nas empresas, condições e relações de trabalho no setor privado, a intervenção sob perspectiva crítico-dialética para a reconstrução das vidas dos usuários das políticas públicas, a pesquisa e a produção teórica sobre o trabalho do assistente social, os sentidos ontológico e teleológico do trabalho, as condições de trabalho nas instituições e a compreensão sobre trabalho alienado.

Aqui identificamos que grande parte da disciplina foi discutida nesses concursos dos últimos seis anos, pois, de acordo com a ementa, as abordagens pretendidas são sobre



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea. Divisão social do trabalho. Produção social e valor. Trabalho assalariado, propriedade e capital, processos de trabalho e produção de riquezas. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho. (UFAM, 2009, p. 82).

Desta forma, podemos afirmar que a disciplina tem sido bem contemplada nos concursos. Claro que, como é perceptível, nem todos os conteúdos são requeridos, mas as discussões essenciais para a compreensão do trabalho profissional do assistente social, bem como o mundo dos trabalhadores em geral, têm sido questionadas e é positivo por servir de incentivo ao constante estudo sobre tais temas que são imprescindíveis à atuação diante de um contexto social e econômico que tem, cada vez mais, colocado os trabalhadores e seus direitos em último plano.

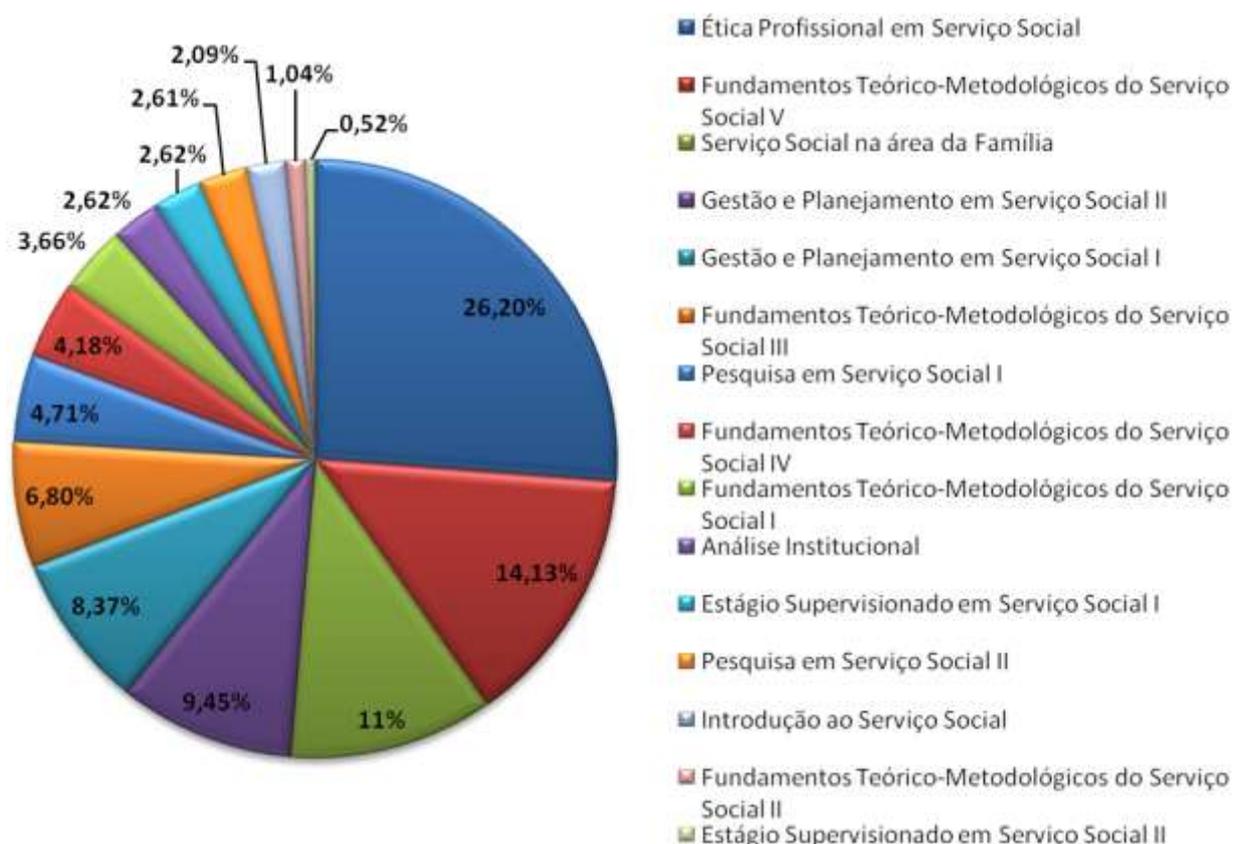
Diante do que foi discutido a respeito do Núcleo de Fundamentação da Vida Social, podemos considerar que ele tem sido pouco discutido nos concursos, se considerarmos que apenas 33,33% de suas disciplinas foram contempladas nas provas. No entanto, ao avaliarmos os conhecimentos demandados, percebemos que as disciplinas utilizadas nas provas tiveram boa parte das discussões essenciais indagadas, colocando as provas na direção da maioria dos conteúdos centrais deste Núcleo da formação.

No gráfico II podemos visualizar as disciplinas do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional do curso de Serviço Social da UFAM que tiveram seus conteúdos em questões das provas. Nele constaram 31,36% das questões aqui analisadas. Tal núcleo é formado pelas disciplinas Introdução ao Serviço Social, Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II, Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III, Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV, Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social V, Pesquisa em Serviço Social I, Pesquisa em Serviço Social II, Pesquisa em Serviço Social III, Gestão e Planejamento em Serviço Social I, Gestão e Planejamento em Serviço Social II, Tópicos Especiais, Ética Profissional em Serviço Social I, Serviço Social na área da Família, Estágio Supervisionado em Serviço Social I, Estágio Supervisionado em Serviço Social II, Estágio Supervisionado em Serviço Social III, Análise Institucional e Trabalho de Conclusão de Curso (monografia).

Como pode ser visualizado no gráfico II, os conteúdos deste núcleo foram bem mais demandados do que os do núcleo apresentado anteriormente e apenas quatro das dezenove disciplinas que o compõem não foram abordadas. Das que tiveram assuntos cobrados, podemos observar que a disciplina Ética Profissional em Serviço Social foi a que mais teve seus temas nas questões.

As questões que se referiam aos assuntos desta disciplina tiveram indagações sobre as relações interpessoais do assistente social com outros profissionais, os direitos e deveres do assistente social, os valores e princípios da profissão expressos não só no código de ética, mas em todo o projeto ético-político, as atribuições privativas e as competências profissionais que são apresentadas na Lei de Regulamentação da Profissão, bem como a lei em geral, e as habilidades e conhecimentos necessários para a supervisão de estágio.

Gráfico II – Disciplinas do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional que tiveram questões nas provas





UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Ao observarmos a ementa da disciplina, constatamos que, apesar de ela ser bem demandada, a maioria dos conteúdos proporcionados por ela não foram contemplados nas questões, pois, de acordo com a ementa, ela é direcionada às discussões a respeito da

Ética e Sociedade. Crise dos valores morais. Ética Pública. A Ética na Política. Política de Direitos Humanos. Ética Profissional do Assistente Social. Os valores no direcionamento do agir profissional do Assistente Social (UFAM, 2009, p. 59).

Ou seja, conteúdos cobrados foram apenas os mais ligados à ética profissional do assistente social e aos valores profissionais. Deste modo, podemos ver que a disciplina é muito mais abrangente e as questões muito focadas em determinados conteúdos.

Chamou-nos a atenção que os concursos demandam os conhecimentos a respeito da Lei de Regulamentação da profissão, na qual é apresentada a carga horária máxima de trabalho do assistente social, mas, mesmo assim, não questionam tal tema, além de não cumprirem esta definição da lei, como foi destacado nos quadros que estão no início deste item. É, praticamente, um direito ignorado e demonstra falta de reconhecimento com o trabalho da categoria.

A segunda disciplina deste núcleo mais abordada nos concursos foi a de Fundamentos Teórico-Methodológicos do Serviço Social V. As questões das provas referentes aos conteúdos dela indagaram as possibilidades e limitações na contemporaneidade para a atuação profissional, a interdisciplinaridade no exercício profissional, assessoria e consultoria em Serviço Social, as perspectivas sobre a natureza do serviço social, a “maturidade acadêmica e profissional” na contemporaneidade, a articulação do projeto ético-político e sua consecução na atualidade, a tese do sincretismo profissional no debate contemporâneo, a instrumentalidade do Serviço Social e as tendências e os desafios na contemporaneidade para a profissão.

Ao compararmos as questões com a ementa da disciplina, vimos que os conteúdos estão de acordo com o que é proporcionado pela formação, pois os estudos são voltados para



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



O debate teórico-metodológico da profissão na contemporaneidade. As diferentes concepções da profissão: a natureza e o objeto. A instrumentalidade no saber-fazer profissional. A questão da interdisciplinaridade no exercício profissional: limites e desafios para a sua consolidação. Os dilemas e perspectivas postos ao Serviço Social na atualidade (UFAM, 2009, p. 65).

Os conteúdos a respeito dos Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FTMSS) são divididos em cinco disciplinas, uma sendo pré-requisito da outra, na intenção de fomentar a sequência, articulação, dos assuntos que são base para toda a formação e a perpassam em todos os momentos.

Então, das disciplinas que abordam as discussões a respeito dos Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social, a segunda mais demandada nas questões foi a FTMSS III. Ela foi a sexta do Núcleo De Fundamentos Do Trabalho Profissional a ser mais demandada nas provas, como aponta o gráfico II. Nas questões constaram indagações sobre as perspectivas históricas e teórico-metodológicas do debate profissional, o processo de renovação do projeto ético-político do Serviço Social, as três direções do Movimento de Reconceituação, etc.

Ao observarmos a ementa da disciplina, podemos ver que os assuntos cobrados nas provas são pertinentes à formação, já que nela são discutidos

O debate das principais matrizes teórico-metodológicas que influenciaram o Serviço Social na década de 70 e suas diferenciações internas (Teresópolis e Sumaré). O método BH enquanto marco inicial da intenção de ruptura. O Movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil. A dimensão técnico-operativa do fazer profissional no marco da autocracia burguesa no contexto brasileiro (UFAM, 2009, p. 63).

A próxima FTMSS a ter questões nas provas foi a IV, sendo a oitava disciplina do núcleo a ser demandada nas provas, e as indagações referentes a ela se referiram à identidade alienada que permeava o Serviço Social, o amadurecimento adquirido por meio da Teoria Social de Marx, a atitude investigativa da profissão, as implicações à profissão diante das transformações societárias e a condição de assalariada, a observação a partir das técnicas para conhecimento da realidade social, e o entendimento das competências profissionais a partir de uma perspectiva histórico-crítica. Tais temas são bem trabalhados



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



na formação desde sua parte mais inicial e nesta disciplina, pois, como podemos ver na ementa, ela é direcionada ao estudo sobre

A aproximação do Serviço Social com as correntes de pensamento marxista nos 80. O amadurecimento do debate intelectual de inspiração marxiana no Serviço Social nos anos 90. O Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e seu arcabouço teórico-metodológico de investigação e intervenção. (UFAM, 2009, p. 64).

A disciplina FTMSS I teve bem menos questões que as outras e as discussões referentes a ela nas provas foram sobre as influências do Serviço Social norte-americano entre as décadas de 30 e 40, o estudo da realidade a partir da perspectiva positivista no início da profissão, e as influências da igreja católica sobre a profissão no começo de sua trajetória, o que são constantes na ementa da disciplina apresentada a seguir:

A emergência do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos. A implantação do Serviço Social no contexto brasileiro. As principais correntes teórico-metodológicas que influenciaram a profissão nas décadas de trinta e quarenta. O instrumental técnico-operativo utilizado nesse período histórico (UFAM, 2009, p. 60).

Das disciplinas de FTMSS, podemos visualizar no gráfico que a que foi menos demandada foi a II. Os questionamentos referentes a ela foram sobre a busca pela reatualização profissional na década de 60, o marco histórico sobre o desejo de mudanças para a *práxis* profissional, e as características e intenções da perspectiva modernizadora. E, como podemos ver com a ementa apresentada abaixo, são assuntos concernentes com a formação, já que as discussões e reflexões são voltadas ao

processo de desenvolvimento da profissão nas décadas de 50 e 60. A matriz tecnocrática que subsidiou o Serviço Social no período. Os objetivos operacionais da profissão no desenvolvimento de comunidade. O assistente social como agente de mudanças comportamentais. A afirmação da perspectiva modernizadora (UFAM, 2009, p. 62).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Como podemos identificar, muitas das questões de FTMS foram elaboradas articulando assuntos das demais disciplinas de FTMS, sendo assim, pode ser reafirmado que a forma como elas estão organizadas na matriz curricular, do modo em que uma é pré-requisito da outra, subsidia a concorrência nos concursos, no que diz respeito às questões que abrangem os conteúdos destas disciplinas, além de evitar que as discussões a respeito delas sejam proporcionadas de modo fragmentado.

Saindo da sequência que demos às disciplinas de FTMS e voltando à ordem em que as disciplinas estão apresentadas no gráfico II, vemos que a terceira disciplina deste núcleo a ser mais demandada nas provas foi a de Serviço Social na área da Família.

Nos documentos avaliativos constaram perguntas sobre o trabalho diante da dinâmica familiar de adolescente grávida com pendências e atrasos nos anos escolares, atuação diante de família monoparental cujo representante familiar é ex-morador de rua, perspectivas ideológicas, econômicas e culturais a respeito dos diferentes modelos de família, o processo de acolhida/atendimento à família em vulnerabilidade social e em situação de risco, conceitos de laços sanguíneos e laços de afetividade junto ao que é expresso no Código Civil de 2002, o processo de formação profissional continuada para o trabalho junto às diversas configurações de família, a atuação por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

Ao compararmos tais conteúdos com a ementa da disciplina, vemos que ela é proposta para o estudo sobre as “Transformações societárias e relações de família. A dialética da família. Aspectos sócio-culturais da família brasileira e amazonense. A família como unidade de intervenção para o serviço social” (UFAM, 2009).

É possível ver que são discussões amplas que atendem ao que foi cobrado nas provas, não expressando exatamente apenas a existência das discussões a respeito do PAIF e do Código Civil. No entanto, como sabemos que a ementa de uma disciplina é algo genérico, para direcionar o docente às discussões pré-estabelecidas, além de ser competência do assistente social discutir, planejar, executar e avaliar projetos, programas, etc., são discutidas as particularidades das diversas áreas de atuação em cada disciplina “específica” sobre os campos de atuação, logo, pelo menos os serviços mais amplos a respeito da família, como o PAIF, são abordados na disciplina.

Do mesmo modo, as abordagens sobre o Código Civil não estão exatamente descritas na ementa, contudo, a maioria, se não todas, das discussões apontadas na ementa da disciplina envolvem o que é definido nesta lei.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



As discussões sobre a família e suas novas configurações são extremamente necessárias ao assistente social, pois, em qualquer campo sócio-ocupacional, este profissional lidará com as várias configurações de família e é necessário ter amplos embasamentos, desde a parte inicial da trajetória acadêmica e profissional para evitar, ao máximo, a reprodução da ideologia dominante a respeito da família e dar desenvolvimento a um trabalho mais coerente com as demandas sociais.

A quarta disciplina do núcleo a ser mais discutida foi a de Gestão e Planejamento em Serviço Social II. Os assuntos mais enfatizados foram sobre execução e avaliação de projetos, programas, planos e políticas sociais e a finalidade de cada um deles, a dimensão investigativa inserida neste processo, a função dos planos, e a utilização dos indicadores sociais nos momentos de avaliação.

Tais questionamentos estão em consonância com o que é proporcionado pela disciplina, pois ela é proposta ao

Aprofundamento do estudo das fases processuais e metodológicas do planejamento. Elaboração de projetos de atividades com base na realidade vivenciada pelo aluno no campo de estágio. Estudo dos instrumentos de avaliação e de monitoramento de projetos sociais (UFAM, 2009, p. 81).

Tal disciplina tem como pré-requisito a disciplina Gestão e Planejamento em Serviço Social I, que, como pode ser visualizada no gráfico II, foi a quinta disciplina com conteúdos constantes nas provas. Suas discussões são base para a disciplina supracitada e os questionamentos das provas referentes a ela diziam respeito ao planejamento e elaboração dos projetos, programas, planos e políticas sociais, e seus efeitos para a atuação profissional, bem como a função dos indicadores sociais neste primeiro processo de idealização do trabalho. São conteúdos trabalhados na formação em Serviço Social da UFAM, como pode ser visto na ementa que as discussões são sobre

A relação Serviço Social/Gestão de Serviços Sociais. Noções básicas das teorias organizacionais e dos modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Principais características, princípios e dimensões das atividades administrativas e de planejamento. Modelos de gestão e planejamento. Introdução à Metodologia do Planejamento e sua incorporação pelo Serviço Social (UFAM, 2009, p. 79).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Na ementa são apresentadas discussões que vão muito além do que foi cobrado nas provas e, ao olharmos os percentuais destas duas disciplinas, consideramos que seus assuntos foram pouco demandados, considerando a relevância deles para a atuação profissional. Podemos julgar que tais conteúdos sintetizam vários outros conhecimentos e habilidades trabalhados na formação, pois, para elaborar, executar e avaliar projetos, programas, planos e políticas, é necessário que estejam articulados a perspectiva crítica e ampliada sobre a sociedade e sua realidade social, as conquistas e o desenvolvimento dos direitos e políticas sociais, dentre vários outros. Desta forma, avaliamos que ela poderia ter tido mais relevância nas provas.

A disciplina Pesquisa em Serviço Social I foi a sétima deste núcleo a ter mais questões nas provas. As questões demandavam conhecimentos a respeito da metodologia das pesquisas qualitativa e quantitativa, a pesquisa no cotidiano profissional do assistente social, e o privilégio de usar a pesquisa como recurso para discernir o aparente do real. Com a ementa desta disciplina podemos ver que ela contempla tais abordagens, pois é apresentado que ela é proposta para o estudo sobre

A pesquisa no processo de produção de conhecimento científico nas Ciências Sociais. As diferentes perspectivas teórico-metodológicas de pesquisa e seus respectivos métodos e técnicas. A crise dos paradigmas nas Ciências Sociais. Os novos paradigmas de abordagem (UFAM, 2009, p. 71).

A décima disciplina a ser mais demandada nas provas foi a de Análise Institucional. As questões referentes a ela eram sobre as possibilidades do trabalho intersetorial e as determinações e implicações institucionais ao Serviço Social. Na ementa da disciplina, podemos observar que ela é muito mais ampla do que os conteúdos cobrados nas provas e, praticamente, são requisitados poucos conteúdos nas provas do que ela propõe, pois ela é direcionada ao

Estudo das categorias Estado, Instituições e Organizações sob diferentes perspectivas teóricas. Instituições como construção social. Elaboração de políticas institucionais: núcleos de poder, ideologia e mediação. Estudo do trabalho institucionalizado do Assistente Social (UFAM, 2009, p. 58).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



A disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social I foi a décima primeira deste núcleo a ter questões nas provas, e elas se referiam à supervisão de estágio enquanto atribuição privativa do assistente social, de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional. Na formação em Serviço Social da UFAM, o momento do estágio supervisionado é dividido em três disciplinas, uma sendo pré-requisito da outra e também imprescindíveis à conclusão da graduação. Estas disciplinas são direcionadas pela Política Nacional de Estágio, e pelas discussões da categoria a respeito do estágio supervisionado para o curso de Serviço Social. Desta forma, observamos que é dado subsídio ao que é cobrado nas provas.

Além destas discussões básicas, são abordados temas mais referentes à consecução da relação entre teoria e prática (áreas de atuação, instrumentos e técnicas, instrumentalidade do Serviço Social, perspectiva crítica, etc.) durante o momento de aproximação do exercício profissional. Vale também considerar que os momentos do estágio supervisionado podem ser vistos como o espaço para articular todos os demais conteúdos aprendidos no decorrer da formação, principalmente no momento de identificação de uma problemática social e/ou institucional e elaboração de intervenção sobre ela, permitindo, assim, o incentivo aos sentidos de observação sobre a realidade e dinâmica social, investigação e proposição do perfil profissional que são extremamente necessários a este profissional.

A disciplina Pesquisa em Serviço Social II que, como é apontado no gráfico II, foi a décima segunda a ser demandada nas questões aqui analisadas, sendo uma das menos requisitadas. As questões que se referiam a ela perguntavam a respeito da entrevista no momento da pesquisa de campo, as características do momento de análise da pesquisa, a formulação de hipóteses no momento de elaboração do projeto de pesquisa, o processo de investigação e observação pertinentes à condução da pesquisa, o levantamento de dados e a pesquisa bibliográfica. De acordo com a ementa, estes assuntos estão presentes na formação, pois as abordagens são voltadas para

As formas de abordagem investigativa no Serviço Social. As linhas de pesquisa do curso de Serviço Social da Universidade do Amazonas. A delimitação do tema, a escolha e a problematização do objeto. A estruturação do projeto de pesquisa—revisão bibliográfica, construção das categorias analíticas e operacionais (UFAM, 2009, p. 73).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Esta disciplina é pré-requisito de Pesquisa em Serviço Social III, na qual são discutidas e executadas as etapas do projeto de pesquisa, a pesquisa propriamente dita. No entanto, como pode ser observado no Gráfico II, esta disciplina não aparece nele porque não teve questões nas provas.

As disciplinas de pesquisa são imprescindíveis à formação profissional em Serviço Social, pois é necessário proporcionar ao futuro assistente social o perfil investigativo e propositivo, como aponta Iamamoto (2006), além de que estas disciplinas são antecedentes ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que, na formação em Serviço Social da UFAM, é elaborado como monografia. Sendo assim, é importante o modo como elas estão organizadas a fim de fomentar a articulação do processo da pesquisa e, no que diz respeito aos concursos, seria interessante que elas fossem mais abordadas, considerando a relevância que o domínio da habilidade de pesquisa tem para o exercício profissional.

A disciplina de Introdução ao Serviço Social foi a décima terceira deste núcleo a ter seus conteúdos requisitados nas provas, e as questões se referiam aos impactos das transformações econômicas e sociais da sociedade capitalista para a profissão, a inserção do assistente social nos diversos campos sócio-ocupacionais, a questão social como pano de fundo do processo de institucionalização do Serviço Social e a profissionalização do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Com a ementa da disciplina apresentada abaixo, podemos ver que tais assuntos são contemplados por ela, mas ela tem discussões muito mais amplas que não foram exigidas nas provas, já que ela é proposta ao estudo sobre

As condições sócio-históricas do processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil e no Amazonas. A natureza investigativa e interventiva do Serviço Social. As áreas e campos de atuação profissional. As perspectivas e demandas contemporâneas para o trabalho do Serviço Social no mercado de trabalho em Manaus. As formas de organização política e acadêmica dos profissionais (UFAM, 2009, p. 55-56).

A última disciplina deste núcleo a ser requisitada nas provas foi a de Estágio Supervisionado em Serviço Social II e os questionamentos referentes a ela foram sobre o processo investigativo concernente ao exercício profissional do assistente social. Tal discussão é bem fomentada na formação em Serviço Social da UFAM, e nesta disciplina



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



ela pode ser ainda mais, considerando que, a partir do campo de estágio em que o discente está inserido, pode ser identificada uma limitação referente tanto ao próprio local de estágio quanto ao público ao qual a instituição é direcionada e elaborada uma intervenção sobre a realidade. Desta forma, é trabalhado não só a habilidade investigativa do assistente social, mas também a propositiva e a interventiva.

Diante do exposto, podemos considerar que o Núcleo de Fundamentos do Trabalho profissional é, dentre os três núcleos básicos da formação, o mais abordado nas provas dos concursos públicos, pois, como foi visualizado no Gráfico I, o Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológicos da Vida Social teve poucas de suas disciplinas demandas nas questões e o outro terceiro Núcleo, o de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, não teve nenhuma questão com seus temas.

O Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira é composto pelas disciplinas Formação Social, Econômica e Política do Brasil; Introdução à Antropologia Cultural; e História Cultural da Amazônia. Surpreendeu-nos o dado de que os temas pertinentes a ele não foram questionados nas provas, principalmente porque, como destaca Iamamoto (2006), estes conhecimentos são necessários ao assistente social para que o profissional saiba se posicionar e idealizar propostas de acordo com a realidade conjuntural, além da realidade regional.

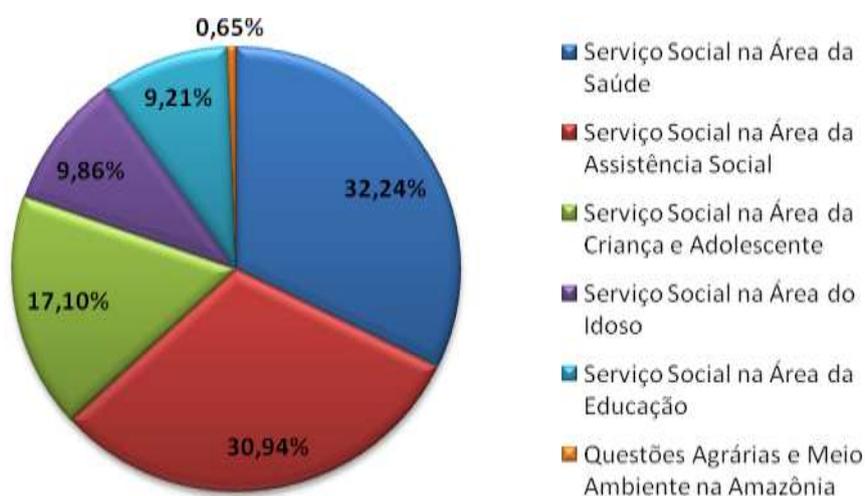
Claro que, por mais que tais conteúdos não tenham sido requeridos nas provas, são temas enfatizados em todo o decorrer da formação em Serviço Social da UFAM, mas consideramos que, a partir do momento em que o mercado de trabalho passa a não demandar tais domínios, os profissionais, mesmo que sem querer e perceber, são direcionados a enfatizar o estudo a respeito das discussões mais cobradas nas provas, na intenção de alcançar a vaga de emprego, conseqüentemente, estes assuntos que são imprescindíveis ao perfil profissional vão sendo enfraquecidos.

Além destes três núcleos fundamentais à formação, como direciona a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), há também na formação em Serviço Social da UFAM o Núcleo Optativo, que é composto pelas disciplinas: Serviço Social na Área Empresarial, Serviço Social na Área da Saúde, Serviço Social na Área da Educação, Serviço Social na Área da Assistência Social, Seminários Temáticos; Serviço Social, Políticas Habitacionais e Movimentos Sociais; Serviço Social na Área do Idoso, Oficina em Serviço Social, Serviço Social na Área da Criança e Adolescente, Questões Agrárias e Meio Ambiente na Amazônia, Geografia Humana, Psicologia Social e

Comunitária; História Econômica, Política e Social do Brasil; Ética I, Questões Urbanas e Agrárias e Língua Brasileira de Sinais.

Este é um núcleo bem diversificado, proposto para que os discentes escolham, no mínimo, quatro disciplinas para potencializar seus conhecimentos sobre suas áreas de interesse no decorrer da formação, no entanto, nem todas as disciplinas tiveram seus conteúdos presentes nas provas, como pode ser visto no Gráfico III, e, com os conteúdos referentes a ele, constaram 24,95% das questões aqui analisadas.

Gráfico III – Disciplinas do Núcleo Optativo que tiveram seus conteúdos nas questões das provas



Fonte: Pesquisa documental 2015/2016.

Como pode ser visualizado no gráfico III, a disciplina optativa que discute o Serviço Social na área da saúde é a mais demandada nas provas. As questões referentes a ela eram sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), a divulgação sobre o acesso aos serviços do SUS, o exercício profissional na área da saúde mental, a Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, o exercício profissional junto à saúde do trabalhador.

Foram questionados também os programas existentes no SUS, o financiamento e a gestão do SUS, os parâmetros de atuação do assistente social na área da saúde, a participação do setor privado de saúde de acordo com a legislação do SUS, os direcionamentos para a subsistência da saúde indígena, o atendimento e a internação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



domiciliar de acordo com o SUS, as competências do SUS, o pacto pela saúde, a responsabilidade da união, do estado e do município sobre a saúde, o processo de Reforma Sanitária, a Política Nacional de Saúde, as funções, competências, atividades e atribuições do antigo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, a interdisciplinaridade no âmbito da saúde, os instrumentais e técnicas do Serviço Social na área da saúde e a Lei Orgânica da Saúde.

Tais discussões estão presentes na disciplina, pois, como vemos na ementa, o estudo é voltado para “A saúde como questão social e a política de saúde no Brasil. A reforma sanitária e o sistema único de saúde (SUS). Análise dos conselhos paritários de saúde. O trabalho do assistente social nas instituições de saúde” (UFAM, 2009). São abordagens amplas, iniciadas com a parte histórica e contextualização do direito aos serviços de saúde na sociedade brasileira, desde quando só era acessível a quem trabalhava com carteira assinada, até ao momento de conquista como direitos de todo cidadão brasileiro; perpassando o sistema de saúde atual; e a atuação do assistente social nesta área.

A optativa de Serviço Social na área da Assistência Social foi a segunda disciplina deste núcleo a ter seus conteúdos exigidos nas provas. As questões se referiram aos parâmetros de atuação dos assistentes sociais na área da Assistência Social, as competências do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), os requisitos que um município deve cumprir para ter a habilitação na gestão básica dos serviços assistenciais de acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a gestão e a organização da Assistência Social de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), os objetivos da Política de Assistência Social, a função do Conselho Nacional de Assistência Social, o motivo que direcionou a construção efetiva do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), como é expresso na Norma Operacional Básica (NOB) de 2005; os eixos estruturantes do SUAS, o programa bolsa-família e suas condicionalidades, bem como a atuação profissional na área da Assistência Social.

Tais conteúdos estão presentes nesta disciplina optativa, pois, como é apresentado na ementa, os conhecimentos proporcionados por ela são sobre “Assistência Social e Seguridade Social. Descentralização e Participação da Política de Assistência Social. Orçamento, Financiamento e Controle Social. A LOAS e o reordenamento institucional. A prática profissional do assistente social na Assistência Social” (UFAM,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



2009). Como pode ser observado, as discussões contemplam, além da área da Assistência Social, as áreas da Saúde e da Previdência Social que compõem a Política de Seguridade Social, desta forma, fomentando o saber a respeito da articulação das três. Ademais, a disciplina também é voltada para as diversas faces da Assistência Social, direcionando as abordagens sobre o Sistema Único de Assistência Social, já que, para entender de modo mais completo a LOAS e a Política de Assistência como um todo, é necessário ir do entendimento mais básico ao mais complexo sobre a política.

As questões das provas que eram concernentes à disciplina Serviço Social na área da Criança e Adolescente abordavam os programas sociais destinados às crianças e adolescentes, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) no que diz respeito à criança e adolescente, as atribuições da justiça da Infância e da Juventude, do Ministério Público, do Conselho Tutelar, dos pais ou responsáveis, segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA); o ECA no geral, e a atuação profissional do assistente social junto as demandas sociais que relacionam os direitos e Criança e Adolescente.

Entendemos que tais requisições estão em consonância com a disciplina existente no currículo da UFAM, que tem como ementa: “Análise da Política da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente. A prática profissional do assistente social na área da Criança e do Adolescente” (UFAM, 2009, p. 13).

As questões das provas referentes à optativa Serviço Social na área do Idoso se referiram ao Estatuto do Idoso, no que diz respeito à saúde, lazer, moradia, segurança e os demais direitos; a Política Nacional do Idoso, os programas e projetos existentes a este público, e a atuação profissional do assistente social direcionada a este público, inclusive em casos de violência. Ao observarmos a ementa da disciplina, identificamos que ela abrange os conteúdos requisitados nas questões, pois é proposta ao estudo sobre

A velhice na sociedade de classes. O processo de envelhecimento e a sua problemática no campo da seguridade social. Política Nacional do Idoso. Fundamentos para o trabalho de Assistência Social com o idoso (UFAM, 2009, p. 105).

No entanto, como também ocorreu com outras disciplinas, as discussões da disciplina são mais amplas e complexas do que as requeridas nas questões.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Os questionamentos das provas que se relacionaram à disciplina Serviço Social na área da Educação foram sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a atuação do assistente social na área da educação e as orientações atuais dadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a elaboração e a execução de projetos e programas neste âmbito. É possível observarmos abaixo, com a ementa da disciplina, que, novamente, as discussões proporcionadas pela formação são mais amplas do que as cobradas nas provas, pois o estudo é direcionado aos

Fundamentos históricos, filosóficos e teóricos da Educação. A política educacional brasileira. Educação superior. Educação e trabalho. Relações de trabalho no sistema educacional brasileiro. Relações sociais no interior do sistema educacional. O Serviço Social na base do sistema educacional (UFAM, 2009, p. 102).

A disciplina Questões Agrárias e Meio Ambiente na Amazônia, das optativas que tiveram seus conteúdos presentes nas provas, foi a menos demandada e a referência feita a ela foi a respeito da Política Nacional de Meio Ambiente. As discussões propostas por esta disciplina são amplas e muito ricas, enfocando a realidade amazônica sobre a qual atuarão os futuros profissionais. Como podemos verificar no projeto de formação, está contemplada a discussão sobre

formação econômica da Amazônia. Estrutura agro-extrativa e as mobilizações políticas em torno da terra na Amazônia. Populações tradicionais na Amazônia e os conflitos em torno do território: relações com os segmentos representativos vinculados à luta pelo direito a terra e aos recursos naturais. A questão ambiental e o desenvolvimento sustentável (UFAM, 2009, p. 12).

Podemos considerar que o questionamento da prova está inserido na disciplina, pois, abordar a Política Nacional de Meio Ambiente é necessário para as reflexões apontadas na ementa, no entanto, as demais discussões da formação foram apresentadas nos documentos avaliativos.

Tivemos aqui explanadas as disciplinas do núcleo optativo que tiveram suas discussões presentes nas provas e, como foi apontado, apenas 37,5% das disciplinas optativas foram requisitadas nas provas. Estas disciplinas são oferecidas para permitir que



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



o discente obtenha direcionamentos e reflexões mais aprofundadas sobre as áreas que tem mais interesse. No entanto, na medida em que as questões das provas e as ementas das disciplinas foram destacadas, identificamos que a formação traz discussões desde a parte mais histórica e reflexiva a respeito das áreas de atuação e conquista dos direitos e políticas sociais até as abordagens mais atuais, bem como a atuação profissional em cada área – diferente das provas que são mais focadas em determinados conteúdos.

Constatamos que, das 609 questões analisadas nesta pesquisa, 4,27% não estavam presentes na formação em Serviço Social da UFAM. No entanto, tais questões se referiam à atuação de conciliadores e mediadores, bem como seus parâmetros e princípios fundamentais; a Norma Operacional de Saúde do Servidor Público Federal, as normas e legislações referentes à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a gestão na área de segurança do trabalho, e a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Podemos afirmar que são assuntos não referentes nem específicos do Serviço Social, então, reafirma o que já foi dito inicialmente a respeito da demanda por conhecimentos não tão relacionados à profissão. São temas interessantes, porém, mais específicos à dinâmica de trabalho de qualquer profissional de instituição específica. Desta forma, não deveria ser cobrado como critério avaliativo, mas sim que houvesse o incentivo pela busca de tais informações a partir do momento em que o profissional já estará inserido em tal instituição.

Na medida em que fomos analisando as questões das provas, identificamos que muitas articulavam os conteúdos de várias disciplinas, então, criamos uma categoria “questões que abarcam várias disciplinas” à qual pertenceram 25,62% das questões analisadas nesta pesquisa.

Tais questões demandavam conhecimentos a respeito da atuação profissional nos vários campos sócio-ocupacionais articulando várias políticas sociais (saúde, educação, segurança pública, assistência social, etc.) e as legislações sociais referentes a elas em uma mesma situação, fomentando a rede socioassistencial, bem como os instrumentais e técnicas e a instrumentalidade do Serviço Social, além da necessária perspectiva crítica do assistente social diante das situações.

Estes temas são trabalhados em todos os momentos da formação em Serviço Social da UFAM, de modo transversal, considerando que, na medida em vão sendo proporcionados os fundamentos teórico-metodológicos da profissão, as disciplinas de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Política Social e as optativas, pode ser compreendido o amadurecimento profissional junto ao seu instrumental, bem como o entendimento da criação e desenvolvimento das políticas e o exercício profissional junto a elas.

Tivemos aqui os dados colhidos, categorizados e analisados das provas dos concursos dos últimos seis anos para o profissional de Serviço Social. Inicialmente, observamos os editais dos concursos, por meio dos quais identificamos que há, pela maior parte das instituições que demandam a atuação do assistente social, o não cumprimento da carga horária definida em lei ao assistente social, além de haver a distorção na nomenclatura de alguns dos cargos. Foi visto também que, pelo menos no período de seis anos, algumas áreas foram pouco ou não contempladas com concursos públicos, como a Previdência Social, meio ambiente e assuntos agrários, instituições responsáveis pelos povos indígenas, dentre outros.

Já no momento de análise dos conteúdos das provas, pode ser constatado que o núcleo que teve seus assuntos mais demandados nas provas foi o de Fundamentos do Trabalho Profissional e, com menores percentuais, tivemos os Núcleos de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social e o Núcleo Optativo, ao contrário do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da sociedade brasileira que não teve seus temas presentes nas provas.

Como foi apresentado, as questões das provas que não são contempladas na formação foram bem poucas e eram relativas a assuntos não referentes à formação em Serviço Social. Pudemos destacar também as questões que articulavam mais de uma disciplina, sendo apresentadas em categoria diferente para a melhor compreensão dos dados.

Desta forma, foi possível constatar que poucos conteúdos demandados nas provas não estão presentes na formação e são os relacionados à dinâmica de trabalho específica de cada instituição. Lembramos a pesquisa que realizamos entre os anos de 2014 e 2015, pela qual os egressos avaliaram a formação em Serviço Social da UFAM, momento em que os entrevistados destacaram que os concursos cobram demasiadamente os conhecimentos a respeito das diversas políticas sociais e suas respectivas legislações, bem como os instrumentais e técnicas da profissão.

Segundo os respondentes da pesquisa supracitada, a formação em Serviço Social da UFAM deveria ter suas discussões mais direcionadas a estes temas que são enfatizados nos concursos. Confirmamos que estes conteúdos são, realmente, bastante



exigidos nas provas, no entanto, como já apontamos durante a análise dos dados, tais assuntos são propostos na formação de modo transversal e não em uma disciplina ou momento específico para que o processo ensino-aprendizagem acompanhe, pelo menos, a maioria das abordagens que fomentam a relação teórico-prática.

Ademais, foi possível ver que as disciplinas da formação são muito mais amplas e abrangentes do que as provas – que são mais focalizadas em alguns aspectos da profissão, nos permitido entender que a formação subsidia muito mais a concorrência nos concursos do que os concursos se põem concernentes aos debates necessários da profissão.

8. Referências

REVISÃO DA LITERATURA

8.1. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

8.1.1. Direcionamentos à Formação Profissional em Serviço Social

O processo de formação acadêmica é o espaço onde são construídos perfis profissionais que buscarão atender aos objetivos das profissões ao exercerem suas atuações no mercado de trabalho; e é justamente o mercado de trabalho que vai influenciar a trajetória dos cursos acadêmicos para o alcance de suas finalidades, realidade esta que pode ser positiva ao mesmo tempo em que negativa se a construção do conhecimento for colocada em segundo plano e subordinada ao crescimento econômico.

A partir dos estudos de Gondim (2002), entendemos que as formações são direcionadas ao atendimento dos objetivos econômicos, sendo elas intencionadas à construção de perfis profissionais generalistas no sentido de capacitar indivíduos a ter funções de caráter multiprofissional. Tal realidade, segundo a autora, causa confusão entre as especificidades de cada área, visto que os profissionais, muitas vezes, passam a exercer atividades semelhantes por conta de o mercado demandar cada vez mais pessoas com várias habilidades.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Deste modo, a solicitação por perfis multiprofissionais fragiliza as áreas de atuação, principalmente as de humanas, pois a autora destaca que acontece muito de o empregador demandar de uma categoria profissional atribuições que são de outra, na tentativa de evitar a contratação de outros trabalhadores, conseqüentemente, gerando um embaraço no entendimento sobre as particularidades de muitas profissões. Assim, a pesquisadora aponta que cabe às instituições de ensino superior a ampliação de vínculos entre suas formações e as profissões a fim de amenizar a falta de entendimento sobre as especificidades de cada uma e o desestímulo dos acadêmicos com algumas profissões.

Percebemos, então, que a condução das formações profissionais precisa ser pautada na priorização do desenvolvimento intelectual de seus envolvidos, tanto discentes quanto docentes. Mesmo que intencionada ao direcionamento para o mercado de trabalho, a graduação precisa definir seus objetivos e metas primeiramente ao engrandecimento do saber para que, conseqüentemente, os indivíduos em formação sejam inseridos no mercado de trabalho. Deste modo, o alcance da empregabilidade será reflexo da boa qualificação de pessoas a partir da graduação, esta última também resultando em desenvolvimento científico e econômico para a sociedade, sendo contraposta a ideia atual de busca de formações voltadas preferencialmente ao crescimento econômico.

Nesta direção, é importante definir melhor o propósito de cada profissão na tentativa de reafirmá-las enquanto necessárias para a sociedade e não subordiná-las estritamente ao mercado de trabalho como vem sendo feito, para que então a formação tenha seus caminhos traçados na tentativa de transformação social e não na manutenção da desigualdade social atual.

Para isto, é primordial visualizar meios para potencializar o desenvolvimento da formação superior utilizando recursos além dos que são priorizados pelas matrizes curriculares e pelas ideologias atuais das instituições de ensino. Nesta tentativa de transcendência do ensino tradicional, podem ser apontadas as atividades de pesquisa e extensão que fomentam o aprendizado na graduação, como destaca Silva (2010), que não têm sido tão valorizadas.

Por meio das reflexões de Amaral (2010), compreendemos que a pesquisa científica tem importante papel na construção do conhecimento na formação profissional, porém a falta de ênfase e investimentos a ela faz com que os acadêmicos desconheçam



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



seus benefícios e não sejam estimulados a praticá-la, devido também à falta de maiores incentivos que existe à pesquisa no Brasil, e quando existe é a partir do ensino superior.

Com isto, entendemos que se o processo educacional tivesse seus níveis fundamental, médio e superior bem articulados, e principalmente se incentivassem o desenvolvimento científico a partir da pesquisa em todos os níveis, o grau de promoção do saber e do progresso das áreas profissionais seria muito mais satisfatório do que o que se tem hoje. E, por meio do que é apresentado pelo referido autor sobre a diferença que foi percebida na visão dos estudantes que não tinham conhecimento sobre o real significado e benefícios da pesquisa e após conhecê-los passaram a considerá-la como algo muito positivo, consideramos que o que limita o progresso intelectual é a falta de oportunidade para o aprendizado com outras formas de produção do conhecimento.

Isto é bem relevante ao Serviço Social, pois, a profissão é proposta à intenção da melhoria de uma sociedade pautada em fundamentos que geram desigualdades, logo, está, basicamente, contra a tudo que tira a essência qualitativa das coisas para o ganho exagerado para o sistema econômico vigente. Então, para que o Assistente Social tenha o perfil profissional condizente com os objetivos preconizados no projeto ético-político do Serviço Social, é necessário que a formação seja realizada de modo que subsidie a intervenção reflexiva que a profissão demanda. Para isto, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) propõe diretrizes curriculares para a formação profissional em Serviço Social.

As diretrizes curriculares nacionais orientam que a graduação deve ser organizada de modo que resulte em capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que compõem o perfil profissional do Assistente Social. Para que o futuro profissional obtenha estas três dimensões, a formação é realizada, basicamente, em três núcleos que proporcionam subsídios para a obtenção de tais capacitações.

O primeiro núcleo é o de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social. Este núcleo é responsável pelas abordagens do ser social dentro da totalidade histórica, trazendo reflexões sobre a vida social que é aprofundada nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se o entendimento sobre o ser social e as relações originadas no desenvolvimento da sociedade burguesa.

Também são realizadas abordagens sobre o trabalho como o eixo central do processo de reprodução da vida social, o desenvolvimento intelectual e social que ele proporciona, assim como a divisão social do trabalho e do saber. Aqui também é discutido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



o processo de luta de classes, as relações de exploração e dominação e o processo de alienação e resistência por quais os indivíduos passam. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, etc. Assim, propõe a busca de “reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas, e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação.” (ABEPSS, 1996, p. 10)

O segundo Núcleo é o de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira que objetiva as abordagens sobre a construção e desenvolvimento da sociedade brasileira em todos os seus aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos, o desenvolvimento urbano-industrial e todo o processo de reprodução social e as diversidades regionais e locais. Junto a isto, traz as abordagens sobre o processo de trabalho no Brasil, as lutas de classes, as desigualdades historicamente construídas e todas as implicações que com elas surgiram. Aqui também é discutido a formação e o papel do Estado brasileiro, sua relação com os ideais capitalistas e neoliberais. Assim, este núcleo propõe as abordagens sobre os diversos momentos conjunturais brasileiros e as relações internacionais que o país adquiriu, como o conseqüente processo de redimensionamento da desigualdade social.

O terceiro Núcleo é o de Fundamentos do Trabalho Profissional e traz abordagens sobre a historicidade da profissão e sua inserção no mundo do trabalho, toda sua trajetória junto às mudanças sociais e sua relação com a questão social. Objetiva propor reflexões sobre as barreiras enfrentadas pela profissão institucionalizada e as expectativas para “o fazer” profissional, trazendo abordagens sobre os instrumentais e as técnicas da profissão junto à atuação transformadora que é desejada, dentre outras características referentes à profissão.

Assim, o objetivo das diretrizes é proporcionar uma formação que permita ao futuro profissional ter um amplo conhecimento sobre a realidade social, direcionado pela perspectiva social crítica, e idealizar intervenções, realizando as metas do projeto ético-político.

Junto à Iamamoto (2006), Menezes (2006) afirma que o projeto vigente da formação profissional em Serviço Social ainda atende aos direcionamentos da revisão curricular de 1982, a qual gera o currículo que inicia o processo de rompimento da profissão com o conservadorismo e, conseqüentemente, subsidia o projeto ético-político atual.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Iamamoto (2006) ressalta que o debate realizado na década de 80 pelos profissionais da área trouxe questionamentos sobre a formação, sendo este debate direcionador da profissão na relação que ela tem com a “teoria crítica social desveladora dos fundamentos da produção e reprodução da ‘questão social’”. E concordando com a autora citada, Menezes (2006) nos diz que, com as diversas mudanças ocorridas na sociedade, durante as décadas de 80 e 90, surgiu a necessidade de a profissão redirecionar seu projeto de formação em busca de adequá-lo às novas demandas sociais, assim, foi originado o currículo atual.

As autoras citadas afirmam, então, que, desde este debate, o objetivo da formação profissional em Serviço Social é, basicamente, formar Assistentes Sociais com uma competência teórico-crítica, comprometidos com valores ético-humanistas para a defesa dos direitos, subsidiando suas condutas teórico-práticas. Deste modo, permitindo a construção de perfis profissionais aptos para lidar com a dinamicidade social.

Ao falar sobre a relação do Serviço Social com a teoria social crítica, Iamamoto (2006) ressalta que uma das abordagens principais desta vertente é sobre o ser social no mundo do trabalho e como ele é inserido no processo de produção capitalista, gerando riqueza para o patrão enquanto seu próprio ‘lucro’ é desproporcional. Ao mesmo tempo em que o homem que vende sua mão de obra produz, caracteriza-se como consumidor e não tem o retorno financeiro necessário para suprir todas as suas necessidades sociais básicas no contexto capitalista e neoliberal.

Com base nestas situações que surgiram as diversas políticas públicas brasileiras hoje existentes, políticas estas criadas pelo Estado como resposta às reivindicações da classe trabalhadora, há décadas atrás, que se via “desamparada” no que diz respeito à saúde, moradia, etc., que, entre outros direitos, são considerados como direitos sociais básicos de todo cidadão brasileiro e, em grande parte, se tornaram serviços ofertados através das políticas sociais.

Neste processo, o Assistente Social passou a atuar na execução das políticas públicas e, nos dias atuais, se insere também na elaboração e avaliação delas. Com isto, é visível a necessidade de que o profissional tenha os conhecimentos social, histórico, econômico, político, dentre outros, que lhe permitam entender não só a sociedade, mas também a lógica da vertente que a profissão adere, bem como necessita destes conhecimentos para elaborar políticas, planos, programas e projetos coerentes com o contexto social, cumprindo com os objetivos profissionais. Para isto, a formação deve



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



trazer os conteúdos e abordagens que subsidiem o perfil profissional do Assistente Social para, então, permitir desde o início da trajetória acadêmica e profissional a relação entre teoria e prática.

Junto a isto, lamamoto (2006) nos diz que, para que o projeto de formação esteja sempre atualizado, é necessário vinculá-lo à história da sociedade brasileira, seu desenvolvimento, e as situações contraditórias que dela surgem, como a realidade econômica, política, etc., para que o profissional saiba se posicionar e idealizar propostas de acordo com a realidade conjuntural. Além disto, quando conhecedor da realidade brasileira em suas várias faces, o profissional ao analisar o desenvolvimento das situações poderá antecipar propostas de intervenção que atinjam os problemas sociais que estejam surgindo. A autora também indica que o projeto de formação deve ser articulado às lutas sociais, entendendo os sujeitos como capazes de trazer mudanças e construir novos padrões de vida social, ressaltando que tal construção é processual, cabendo aos agentes profissionais detectá-las e contribuir para seus desenvolvimentos.

A referida autora diz que os projetos de formação precisam construir perfis profissionais que estejam comprometidos com a sociedade civil e a busca de propostas para ela, ressaltando que nos anos 1980 a profissão passou a discutir as políticas sociais desenvolvidas pelos setores privados, porém a profissão não se apropriou da mesma maneira das mudanças sociais históricas, na alteração dos perfis de classes, etc.

Então, ela afirma que para a renovação do projeto de formação falta a aproximação com a luta das classes subalternas e suas condições de vida e as estratégias de sobrevivência que elas adotam. Deste modo, reafirma que a profissão poderá romper com o perfil “tutelar” que tanto nega, mas que ainda se faz presente quando a atuação se dá de forma burocratizada, tecnicista e tradicional, que criam barreiras entre profissional e o usuário já que, com a atuação executada por tais formas, o profissional se torna um desconhecedor dos reais modos de vida e causas que direcionam a trajetória da população.

Martinelli (2009) afirma que o Serviço Social caracteriza-se como dinâmico e como uma construção social, pois é uma profissão que se transforma ao acompanhar as constantes mudanças que ocorrem na sociedade e, nesta direção, o significado e o caminho da profissão fazem com que seja necessário o constante processo de construção e reconstrução crítica, pois a ação profissional e o projeto ético-político devem seguir a dinamicidade que a profissão adere.



8.1.2. O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro

Ao refletir sobre a construção dos projetos profissionais, Cardoso (2013) nos lembra que o homem é o único ser capaz de idealizar, projetar suas ações para o alcance de determinadas finalidades, característica esta que é fruto do sentido teleológico do ser humano e que fundamenta a *práxis*, como destacam Teixeira e Braz (2009). Deste modo, ao desenvolver suas relações, as pessoas vão criando projetos individuais e coletivos em todos os aspectos de suas vidas.

Cardoso (2013) nos diz que projetos individuais têm a ver com os objetivos pessoais, sonhos, metas, estratégias para vida, construção da própria imagem etc., que os indivíduos realizam no dia a dia na busca da materialização da realidade em que vivem, sendo este projeto individual relacionado aos projetos coletivos que se influenciam pelos valores éticos e políticos construídos socialmente. Da mesma maneira que os projetos individuais, entendemos, a partir de Abramides (2006) e Cardoso (2013), que os projetos coletivos objetivam o alcance de certas finalidades, porém, na busca por interesses e representações de um ou mais grupos sociais, por projeções coletivas como já diz o próprio nome.

É destacado por Cardoso (2013) que todo projeto coletivo é ético por conta de envolver a escolha de valores e político porque propõe encontrar meios para o alcance dos objetivos. Com as reflexões de Teixeira e Braz (2009), também entendemos que os projetos possuem caráter político por terem suas práticas direcionadas pelos interesses sociais que se originam de várias formas no processo de contradições das classes sociais.

A partir de Cardoso (2013), entendemos que o maior dos projetos coletivos é o projeto societário que abarca todas as intencionalidades para o direcionamento da sociedade, na defesa da existência do modelo de sociedade desejado, sendo existentes dois modelos de projetos societários, os conservadores e os emancipatórios (defensores da transformação social), ambos com ideias opostas, tomados por diferentes grupos sociais que defenderão meios para concretizá-los, porém apenas um prevalece direcionando a sociedade em cada tempo histórico enquanto o outro procura seu destaque.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Abramides (2006) corrobora que dentro dos projetos coletivos estão os projetos profissionais e entendemos que estes últimos estão em constante mudança ao tentar se reafirmarem enquanto necessários para o atendimento das demandas sociais.

Com Teixeira e Braz (2009) e Netto (2009) compreendemos que, no caso do projeto profissional do Serviço Social, seus profissionais e entidades representativas o direcionam de acordo com os diversos interesses presentes na sociedade, seja no campo econômico, ideológico, político, dentre outros. Netto (2009) ressalta que os projetos profissionais caracterizam-se como ético-políticos por conta de serem “uma indicação ética [que] só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional” (p. 148).

Nesta direção, vão sendo projetados, definidos e concretizados valores, objetivos e direcionamentos profissionais que serão adotados pela profissão, ou, pelo menos, pela maior parte de sua categoria, que passam a representar a imagem da profissão e compor o projeto profissional.

A partir das discussões de Teixeira e Braz (2009), compreendemos que o projeto ético-político do Serviço Social está vinculado ao projeto emancipatório, justamente por conta da dimensão política da intervenção profissional, que direciona suas ações à busca da transformação social.

Assim, entendemos que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é uma construção histórica que buscou se adequar às diversas transformações sociais na defesa da classe trabalhadora. Deste modo, cabe-nos lembrar que, para ter definidos seus propósitos, a profissão passou por um processo de amadurecimento, o qual foi adquirido em toda sua trajetória.

Martinelli (2011) aponta que o Serviço Social surgiu na Europa, diante dos problemas sociais gerados pelo sistema capitalista, sendo intencionado por tal sistema como uma estratégia de controle social, com uma falsa aparência de ser uma prática a serviço da classe trabalhadora; falsa porque, direcionada pela igreja católica, exercia controle social que mascarava e auxiliava o desenvolvimento do sistema capitalista mais do que beneficiava o proletariado. Neste processo, a autora afirma que a profissão não obtinha o real conhecimento sobre as relações sociais deste modelo econômico e se propunha a servir a classe trabalhadora, porém através de caridade, mantendo a ilusão à classe de que realmente estava sendo servida.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Compreendemos a partir de Martinelli (2011) que, com as diversas manifestações populares e reivindicações da classe trabalhadora atingida pelas várias expressões da questão social, a burguesia como forma de tentar manter o controle e recuperar sua hegemonia aliou-se aos militares, resultando na emergência da ditadura militar em 1964, eliminando o processo organizativo e político das classes populares.

Netto (2005) sinaliza que os acontecimentos do período da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil e o objetivo que direcionava o exercício da política social impuseram para a prática do Serviço Social a necessidade de atualizar a profissão. Ele afirma que, com as novas demandas sociais surgidas, foram colocadas novas exigências para a atuação profissional na intenção de que o novo perfil profissional se desvinculasse das características “tradicionais” da profissão, substituindo-as por procedimentos “racionais”.

É, então, neste contexto que a categoria profissional sente a necessidade de rever as condutas profissionais e é dado início ao Movimento de Reconceituação. Este é um marco histórico na trajetória da profissão e teve três direções. A primeira, que ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, foi a perspectiva modernizadora e se voltava mais à adequação da profissão às demandas do Estado no período ditatorial.

A segunda foi a perspectiva de Reatualização do Conservadorismo, no fim da década de 1970, teve a compreensão do Serviço Social como intervenção psicossocial, passando a ser utilizado o diálogo como instrumental de trabalho, e a fenomenologia como direcionamento para o olhar profissional, junto a isto, passaram a ser criticados e debatidos o conservadorismo e o pensamento católico. Nesta, não havia a intenção de erradicar os eixos conservadores da profissão, mas sim atenuar os pontos fracos que nela existiam. A terceira direção foi a intenção de ruptura, por meio da qual foi buscado o rompimento com o tradicionalismo presente no Serviço Social.

A partir desta direção foi iniciada a trajetória com o método de Marx e as influências de autores marxistas (Gramsci, Lukács, dentre outros) por ser entendido como o mais adequado à interpretação da realidade social, proporcionando a obtenção de uma visão crítica que permita o entendimento da dinamicidade social junto à reprodução do sistema capitalista.

Na medida em que a visão da categoria a respeito da realidade social foi sendo repensada, a formação e a prática profissionais também passaram a ser renovadas. Conseqüentemente, a profissão vai ganhando espaço no meio acadêmico, com a criação de programas de Mestrado e Doutorado, além de, a partir de 1982, passar a receber



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para pesquisas em Serviço Social.

Desta forma, a profissão veio se desenvolvendo e reavaliando seus passos, renovando seu projeto profissional, alcançando os avanços que têm hoje. E, como destaca Martinelli (2011), ao falar em ação profissional e projeto ético-político do Serviço Social, os projetos são frutos da coletividade de sujeitos em períodos determinados, assim, a partir das considerações da autora, entendemos que para a construção do projeto é necessário que o coletivo esteja fortalecido e os objetivos organizados e definidos. E neste contexto inserem-se todos os sujeitos que envolvem a profissão: Assistentes Sociais de campo, docentes, discentes, pesquisadores, dentre outros.

O resultado das lutas da categoria são amplos e, no de que diz respeito ao atual projeto ético-político do Serviço Social, vimos com Yamamoto (2006) que ele é formado pela articulação do Código de ética Profissional do Assistente Social de 1993, com a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8662 de 1993) e a Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social para que, através deles sejam direcionadas a formação, a conduta ética e atuação do profissional, em vista de cumprir e atender aos objetivos do Serviço Social.

Com as falas de Netto (2009), afirmamos que este projeto se pauta no reconhecimento da liberdade como valor central; compromisso com a autonomia, a expansão e a plena autonomia dos indivíduos sociais, defendendo intransigentemente os direitos humanos e se opondo a qualquer forma de preconceito, buscando o alcance da equidade, justiça social e alcance da universalização do acesso a bens e serviços relacionados aos programas e políticas sociais; enfatiza a formação acadêmica crítica e reflexiva a fim de fomentar a atividade investigativa pertinente ao Serviço Social para conhecimento da realidade social e nela propor intervenções.

Tal projeto não é uma descrição de condutas, direitos e deveres, mas sim um direcionamento de como deve ser construído o perfil profissional que atenda aos objetivos da profissão. Com subsídios para uma formação por meio da qual o profissional entenda o porquê da necessidade e importância da profissão, dotada de conteúdos que desenvolvam a perspectiva crítica e habilite à intervenção na questão social.

No entanto, Teixeira e Braz (2009) nos chamam a atenção ao destacar que o projeto ético-político do Serviço Social não se efetiva integralmente na realidade, pois nem sempre o que idealizamos é concretizado de modo exato, ressaltando que isto acontece



não por incompetência ou mau planejamento das ações. Mesmo que não seja possível a execução sem a idealização, a prática sem a teoria, a realidade objetiva é diferente daquilo que pretendemos realizar, principalmente por não ser possível controlarmos todos os aspectos originados na realidade, nos trazendo o entendimento de que, mesmo os homens sendo autores de suas histórias, existem determinações sociais impostas a eles.

A autora também aponta que o projeto profissional do Serviço Social se pauta em valores (anteriormente apresentados) opostos à sociedade capitalista ou que, em muitas vezes, são difíceis de serem totalmente concretizados nela. Porém, de nenhum jeito significa que este projeto seja fruto de um idealismo ou uma impossibilidade.

Significa que, diante das contradições de classe em que a profissão se insere e desde que em ambientes democráticos, é necessário fazer escolhas, propostas e direcionamentos político-profissionais e de atuação coerentes com os objetivos da categoria. Assim, fica evidente que o projeto ético-político do Serviço Social expressa as contradições presentes na profissão e que seus valores e princípios (definidos e conquistados historicamente) são opostos aos ideais pregados pelo capital.

Com isto, é salientada a necessidade de a categoria ter um claro entendimento sobre a dinamicidade e contradição pertinente à profissão para não cair na ideia de que é preciso apenas boa vontade e objetivos definidos para gerar a transformação social, nem a ideia de que a realidade não pode ser mudada por conta das imposições existentes na sociedade capitalista, mas sim que é importante ter conhecimentos aprofundados e fazer análises críticas para enxergar que, mesmo diante das diversidades, o projeto profissional oferece subsídios para a elaboração de alternativas para sua concretização. Para isto, é demandada dos profissionais a compreensão da dinamicidade e complexidade às quais ele se relaciona e expressa.

8.1.3. O Serviço Social no Amazonas e a formação em Serviço Social da UFAM

Silva (1995) afirma que o Serviço Social chega ao Amazonas através da iniciativa do juiz de menores André Vidal de Araújo. Além de ser juiz tutelar, compreendemos a partir da referida autora que ele era um homem que buscava compreender as problemáticas sociais que se apresentavam na região, e para isto se focava em estudos sociológicos e antropológicos; era católico e pertencia a um grupo católico de estudos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



sociais. A ele foi dada, pelo interventor federal Álvaro Maia, a responsabilidade de organizar a Assistência Social no Amazonas que se encontrava permeado por problemas sociais, econômicos e políticos originados no ciclo da borracha.

Assim, após ter participado do Primeiro Congresso Brasileiro de Direitos Sociais, em 1941, e ter contato com a Escola de Serviço Social de São Paulo, André Araújo iniciou o projeto de organização da Assistência Social no Amazonas.

Para isto, foi criada a Escola de Serviço Social de Manaus, fundada oficialmente em 15 de janeiro de 1941, com objetivo de formar profissionais que pudessem atuar na sociedade “realinhando os indivíduos” e trazendo-os de volta “à vida normal em sociedade”. O projeto de formação era fundamentado em conceitos cristãos e a profissão, tendo apoio do Estado, alcançaria a erradicação dos “males sociais”.

Vasconcelos (2015) afirma a partir de seus estudos que André Araújo tinha ideias higienistas e defendia uma espécie de reeducação moral e mental dos indivíduos na tentativa de ajustá-los às normas da sociedade, principalmente as crianças e adolescentes.

E como pudemos ver com Silva (1995), ele criou a Escola de Serviço Social em Manaus com tais objetivos, assim, do mesmo modo que nas outras cidades brasileiras, o Serviço Social surge com embasamentos religiosos e considerações conservadoras, sendo possível ressaltar que para André Araújo os “problemas sociais” existiam por conta das ideias contrárias que as pessoas tinham à fé religiosa. Assim,

Objetivando a formação de pessoal especializado, [ele] propôs a criação de uma escola de Serviço Social nos moldes da de São Paulo. Como todas as escolas iniciadas na década de 30, a Escola de Manaus seguiu inicialmente em termos ideológicos, metodológicos e curriculares, o modelo das duas primeiras Escolas do Brasil que daria aos alunos os conhecimentos teóricos e técnicos necessários ao exercício da profissão. Nas suas bases ideológicas e na organização, a Escola de Serviço Social de Manaus seguiu o modelo vigente em São Paulo que tinha por fundamentos as escolas francesas e belgas (SILVA, 1995, p. 53).

Montenegro (1986) apresenta que a formação foi pensada para uma duração de dois anos, selecionando os alunos pelas suas condutas morais e nível cultural, para capacitar pessoas para uma carreira remunerada ou não. Porém, ela afirma que a partir



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



de 1951 a formação passou a ser realizada em três anos, sendo o terceiro ano o espaço para especialização escolhida pelo profissional.

As disciplinas presentes no currículo eram Sociologia, Psicologia Social, Introdução ao Serviço Social, Ética, Pesquisa Social, Serviço Social de Casos, Organização Social de Comunidade, Moral, Medicina Social, Higiene, Estatística, Economia Política e Social e Direito (legislação). As disciplinas de Psiquiatria Infantil, Puericultura e Nutrição que antes pertenciam aos dois anos de formação foram direcionadas às especializações em Menores, Família e Medicina Social, respectivamente, realizadas no terceiro ano da formação.

O curso era no modelo semelhante aos da Escola de São Paulo e, segundo André Araújo, o objetivo era aperfeiçoar nos profissionais seus dotes naturais de bondade, devotamento, abnegação e dinamismo. Montenegro (1986) aponta que também havia a intenção em tornar os assistentes sociais como substitutos de enfermeiras e orientadores educacionais, quando necessário.

A autora diz que, entre 1941 e 1945, os profissionais formados nesta época eram 91,66% mulheres e 89,58% de classe alta, o que, segundo ela, reafirmava a intenção de atividades assistenciais e não prioritariamente rentáveis, mesmo que alguns deles fossem contratados pelas instituições. A referida também destaca em sua obra que os principais problemas sociais a receberem atenção do Serviço Social na época eram Infância abandonada, Imigrantes, Doenças, Pauperismo, Alcoolismo, Marginais Desordeiros e Prostitutas.

Considerando o que as autoras até aqui citadas expuseram a respeito dos pensamentos de André Araújo e a direção em que era colocada a profissão, compreendemos que estes eram o público-alvo do Serviço Social porque, de acordo com o pensamento conservador adotado na época, eram pessoas com “problemas morais e/ou espirituais” que precisavam ser reajustados, e não havia o entendimento que é obtido hoje, de que estes são expressões da questão social que se apresentam por conta da desigualdade social do sistema econômico vigente.

Silva (1995) afirma que a formação passa a ser realizada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), antiga Universidade do Amazonas (UA), ao ser doada a esta instituição no ano de 1965, nomeada como Curso de Serviço Social, possuindo departamento específico na universidade. A partir do momento em que se tornou curso universitário, o Serviço Social recebeu melhorias no decorrer de sua trajetória e também



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



acompanhou as transformações que a profissão recebeu no Brasil. Quando a formação profissional da UFAM incorporou as diretrizes curriculares nacionais da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), que desde 1998 passou ser chamada ABEPSS, por conta da inserção da profissão no campo da pesquisa, os currículos passaram a ser revistos.

Já direcionado pela nova perspectiva que permeia a profissão, com um amplo olhar sobre a realidade social, entendimento de que a profissão sempre esteve relacionada às transformações sociais e após os avanços profissionais conquistados historicamente pela categoria no Brasil, o Projeto de Formação Profissional da UFAM, assim como o projeto de toda a categoria, é direcionado a

[...] formar profissionais habilitados teoricamente, tecnicamente e politicamente para compreender as implicações e as dimensões de sua prática, reconstruindo-a, efetivando-a e recriando-a dialeticamente no jogo de forças presentes na sociedade, contribuindo para sua transformação (SILVA, 2015, p. 64-65).

Em toda sua trajetória, a formação profissional em Serviço Social realizada pela UFAM passou por várias alterações em sua matriz curricular, tendo como propósito fazer com que a formação acompanhe o desenvolvimento da realidade social, conseqüentemente, permitindo que os profissionais em formação conheçam e analisem as transformações sociais, como pedem a profissão e as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) passou por várias mudanças em suas matrizes curriculares, acompanhando as transformações sociais e o desenvolvimento da categoria profissional no Brasil.

Podemos dizer que a formação do curso de Serviço Social da UFAM até o ano de 1984 teve seus currículos com caráter conservador, influenciados pela igreja católica e o movimento higienista adotado pelo Estado, do mesmo modo que as outras formações do Serviço Social brasileiro na época.

Ao nos debruçarmos sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (2009) e a obra de Silva (2015), compreendemos que, com o processo de amadurecimento tomado pela profissão no país e a partir da revisão curricular do curso de Serviço Social da UFAM que originou o currículo de 1985, a formação passa a ser contemplada com a sensibilização do olhar acadêmico para a questão social; o exercício



da observação para aproximar o discente da realidade social e das instituições nas quais a profissão se insere, como também da pesquisa, atividades científicas e domínio dos instrumentais e técnicas da profissão; discussões sobre a “prática”, visando despertar no discente a elaboração de propostas de intervenção e trazer a reflexão teórico-prática sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); e as reflexões subsidiadas pela matriz crítico-dialética, trazendo a compreensão de que o Serviço Social desenvolve suas atividades de acordo com ela, na intenção de contribuir para a transformação social.

Tais avanços perpassaram o currículo posterior, o de 2001, e alcançam a formação atual do currículo 2009. Estes dois últimos currículos obtiveram mudanças, porém, mais no que diz respeito à retirada e inserção de disciplinas, como será apontado no capítulo posterior, mantendo a organização das discussões, já que foram fruto de um longo processo de análises e apresentam-se atualizadas às demandas profissionais e sociais, atendendo as Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

As diretrizes curriculares da formação em Serviço Social propostas pela ABEPSS (1996) têm a finalidade de resultar em um amplo conhecimento crítico de todo o processo histórico da sociedade; capacitar o profissional para uma investigação sobre a construção da história e dos processos sociais atuais que formam a sociedade brasileira, procurando entender a formação e o desenvolvimento do sistema capitalista, bem como a trajetória do Serviço Social no país e no mundo.

Além disso, também são instrumentos para propor, concomitantemente, o entendimento do significado social da profissão, incitando a procura por novas possibilidades de ação; permitir uma compreensão sobre as demandas existentes que são postas para a profissão com objetivo de fazer com que o profissional se empenhe na construção de propostas que fortaleçam o enfrentamento da questão social, considerando a atual relação entre setores público e privado; e, por fim, capacitar o profissional a atuar de acordo com as competências e atribuições definidas na legislação da profissão.

8.2. MATRIZ CURRICULAR NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

8.2.1. A construção curricular para a formação profissional



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



A partir das reflexões de Sacristán (2003) a respeito da educação em modo geral, entendemos que a cultura está relacionada à educação; cultura esta que é caracterizada de modo diferente em cada grupo social, influenciada pelas ideias econômicas, religiosas, políticas e sociais de cada indivíduo e, diante de vários tipos de culturas, passam a existir embates entre elas, apontando o nascimento de desigualdades ao surgirem os marginalizados e os marginalizadores, na tentativa de impor uma cultura sobre a outra.

Neste processo, compreendemos que a educação é direcionada ao atendimento dos ideais cultural e socialmente construídos, podendo a educação se tornar subsídio para o desenvolvimento positivo da sociedade, como também ser utilizada para criar e manter injustiças e desigualdades geradas pelos homens como fruto de suas interdependências, conflitos, insatisfações e tentativas de integração na sociedade globalizada.

O referido autor aponta que o processo de inter-relações econômicas, políticas, culturais, pessoais, etc., atual entre os diversos países e povos do planeta caracteriza a globalização que tanto tem sido visualizada e fomenta esse quadro da configuração social a respeito da cultura e da educação, na qual a sociabilidade tem se pautado. Neste contexto, a sociedade teve seus povos e culturas mais ligados a partir das relações comerciais desenvolvidas na globalização, mas também aumentou o nível de desigualdade e exclusão social na medida em que a perspectiva neoliberal foi ganhando mais espaço.

Então, o autor citado diz que a sociabilidade precisa se pautar em caminhos para além destes que estão colocados, a fim de integrar os indivíduos em atividades e projetos comuns, diante disto, sendo a educação o espaço para a busca da resolução dos conflitos e promoção da convivência social. Neste mesmo caminho, por meio dos apontamentos de Burbules (2003), entendemos que as diferenças, características culturais e sociais de cada indivíduo e dos grupos sociais não podem compor os currículos educacionais e de formação profissional apenas como uma incorporação, uma representação da diversidade que existe; é necessário direcioná-los ao questionamento, construção do ponto de vista crítico sobre como a sociedade e suas relações estão configuradas, colocando a educação para além de uma transmissão dos conhecimentos existentes e da consideração de dados postos e definidos, possibilitando a reinterpretação social e aquisição de ideias e propostas que valorizem a diversidade e enfrentem a desigualdade criada pelo homem.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



No contexto da globalização, Sacristán (2003) afirma que, assim como os vários aspectos da sociedade, o processo educacional sofreu várias implicações. A primeira delas a ser apontada pelo autor foi o economicismo originado pelos ideais neoliberais que alterou os critérios a respeito de uma educação de qualidade, transformando a total responsabilidade do Estado sobre a educação em parcial ao vinculá-la também à iniciativa privada, ou seja:

Desvalorizaram o sistema educativo como um fator de integração e inclusão social, em favor do incremento da iniciativa privada, da ideologia que busca um maior acoplamento do sistema escolar (os fluxos da população escolar, suas especialidades, seus currículos) ao mundo do trabalho e às necessidades da produtividade econômica, apoiando-se e acentuando as desigualdades sociais. (SACRISTÁN, 2003, p. 70).

Em sequência disto, o autor apresenta que o mercado de trabalho, ao também receber constantes mudanças, coloca ao campo da educação demanda contraditória; ela então é solicitada a preparar cada vez mais os profissionais, porém sem exatamente um motivo definido, visto que na realidade do trabalho e da sociedade atual os saberes e as competências não são considerados rentáveis. Desta forma, a partir das demandas que são criadas pelo mercado de trabalho influenciado pelos ideais da globalização, o processo educacional e formativo passa a ser organizado para o atendimento dos objetivos do mercado, alterando seus currículos, a formação dos professores e, conseqüentemente, dos acadêmicos e futuros profissionais. Diante disto, é apontada a necessidade de serem fortalecidas políticas educacionais integradoras para a garantia de sociedades mais prósperas, na intenção de mudar o sentido da globalização que tem sido apenas para os interesses de mercados e capitais.

O currículo da formação profissional, inserido no processo educacional, recebe as mesmas influências que a educação no contexto da globalização, então é necessário voltar olhares para ele a fim de direcioná-lo para além de sua subordinação a estruturas limitadas e estigmatizantes.

Slomski *et. al* (2010) apontam que a universidade tem o papel de capacitar pessoas para a vida social e profissional, prezando a autonomia, desenvolvimento de habilidades e conhecimentos críticos de seus profissionais e daqueles que por ela são



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



formados, e não apenas para a ocupação de postos no mercado de trabalho, mesmo que o contexto econômico na qual ela está inserido demande isto.

Assim, os autores afirmam que, para o desenvolvimento de habilidades articuladas e pensamentos complexos e reflexivos, é necessário que os currículos sejam organizados de modo não tecnicista como os que são focalizados na incorporação do atendimento das necessidades do sistema de produção, nos trazendo o entendimento de que a seleção dos componentes curriculares deve transcender a sistematização de disciplinas que, muitas vezes, não têm articulação entre si; as disciplinas curriculares são importantes e parte central dos currículos, mas se elas não forem organizadas de maneira que interligue seus conteúdos e associadas a demais atividades de pesquisa, seminários, simpósios, etc. na intenção de impulsionar a construção do conhecimento, fazer de seus acadêmicos inovadores na área de estudo e profissão escolhida, não estará oferecendo evoluções, mas sim manutenção das ideologias existentes e auxiliando a estagnação das capacidades intelectuais.

Os autores dizem que atualmente os currículos da formação profissional brasileira são idealizados e organizados por órgãos nacionais responsáveis pelo sistema educacional, logo, os direcionamentos são dados a nível geral não considerando as especificidades das diversas regiões, definindo para a formação critérios coerentes com a demanda dos mercados.

Ademais, é afirmado por eles que os currículos mundiais recebem influências positivistas ao considerarem o saber como estático, imutável, não relacionado às transformações históricas e sociais. Diante disto, os currículos são postos como instrumento técnico a direcionar as etapas definidas de uma formação, na ideia de que a prática vai ser dada a partir da total execução da teoria, sendo demonstrada uma tentativa de proporcionar mais aprendizagem técnica do que a construção e reconstrução de conhecimentos.

No entanto, é apontado por Slomski *et. al* (2003) que, no Brasil, as reformas curriculares impulsionadas ultimamente propostas demonstraram um início de interesse de superação deste modelo de formação, entendendo que a forma de educação/formação decorre do modelo de ciência determinado na sociedade.

Taffarel (1998) destaca que as exigências e definição de diretrizes curriculares para formação profissional no Brasil originam-se



a) dos ajustes estruturais – reestruturação tecnológica e produtiva, estratégias do processo de reestruturação neoliberal impostas aos países em desenvolvimento, que reduzem a lógica dos direitos sociais à racionalidade e à cultura do universo econômico, à lógica do mercado – pela manutenção de taxas de lucro e da propriedade privada; b) das exigências estabelecidas pelas agências financiadoras, como o Banco Mundial, na definição de políticas educacionais no Brasil. (El desarrollo en la práctica: la enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia); c) do novo ordenamento legal estabelecido pela LDB22 (Lei nº 9.394/96, artigo 53, inciso II, que se coaduna com o disposto na Lei nº 9.131, de 15/11/95, com o disposto no Decreto Lei nº 2.026, de 10/10/96, e com artigo nº 14 do Decreto Lei nº 2.306, de 19/08/97. d) da necessidade de sintonizar a universidade com uma nova ordem mundial, de modo a adaptar diferentes perfis profissionais às contínuas transformações do mercado de trabalho, que se transformará mais rapidamente no próximo milênio, visando à adaptação dos profissionais graduados aos novos paradigmas da sociedade moderna – o paradigma científico-tecnológico –, para enfrentar o desafio do cenário mundial, que se caracteriza pelo uso de novas tecnologias, pelo processo de globalização, de transformação da geopolítica mundial com o surgimento dos grandes blocos regionais e a falência do comunismo. (TAFFAREL, 1998, p. 17).

Assim, compreendemos que a graduação sempre será direcionada ao atendimento do crescimento econômico, porém, cabe aqui lembrar que são os indivíduos (acadêmicos, docentes, profissionais, etc.) envolvidos nesse processo que o fazem evoluir, logo, eles serão capazes de propor as transformações necessárias para os currículos na educação e formação profissional, transformando-os em artifícios para a mudança social.

8.2.2. O currículo articulado para a relação entre teoria e prática do Serviço Social

Os princípios definidos pela ABEPSS (1996) orientam que haja flexibilidade na organização dos currículos, que sejam realizadas atividades curriculares além da sala de aula, como oficinas, seminários temáticos, etc. para que o currículo se torne dinâmico. Assim como são necessárias rigorosas abordagens teóricas, históricas e metodológicas da realidade social e do Serviço Social, apresentando as dificuldades e desafios colocados para os profissionais no processo de produção e reprodução da vida social no qual estão inseridos.

É sugerida a adoção uma teoria social crítica que permita a obtenção do entendimento da totalidade social em seus âmbitos de universalidade, particularidade e singularidade para que as perspectivas de totalidade e especificidade sejam amplamente discutidas e apreendidas. Também é orientado que os conteúdos estejam organizados no



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



currículo de modo articulado para que não haja fragmentação, dispersão e pulverização das disciplinas e das diversas atividades curriculares, junto à definição das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e objetivo central da formação profissional.

Os princípios também propõem que a qualidade da formação e do desempenho sejam os mesmos para todos os turnos existentes dos cursos e que a duração diária das aulas seja de, no máximo, quatro horas. Junto a isto, é considerada a importância de que a interdisciplinaridade percorra todo o projeto de formação, como também é indispensável a execução do tripé ensino-pesquisa-extensão. Ainda assim, que a formação proporcione diversidade teórica no âmbito das ciências humanas e sociais para que sejam desenvolvidos debates e ideologias que proponham novas reflexões e ideologias. Fica orientado que a Ética seja trabalhada como princípio formativo em toda a formação curricular, assim como deve haver a articulação entre estágio, supervisão acadêmica e profissional.

A formação profissional deve ser organizada de maneira que articule os eixos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão. Tal articulação deve ser trabalhada na busca de promover a relação entre a teoria e a prática do Serviço Social que são e devem ser indissociáveis.

Iamamoto (2006) apresenta que o Serviço Social atua no enfrentamento das expressões da questão social que são originadas pelo processo de desigualdades causado pelo sistema de produção capitalista. E com objetivos de propor ao Assistente Social em formação o conhecimento aprofundado sobre a questão social, suas origens, configurações, sua relação com o Serviço Social e a atuação da profissão direcionada para tal enfrentamento, as diretrizes curriculares nacionais estabelecem os núcleos que direcionam a formação, núcleos estes que trabalham a questão social em sua amplitude e que foram apresentados no item que antecede este.

Ao refletir sobre os fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social a partir das considerações de Iamamoto (2009), entendemos que a profissão, inserida no contexto atual que enxerga as práticas profissionais como algo focalizado, valorizando mais os resultados do trabalho do que a dinamicidade social que origina e direciona o sentido do trabalho, vem sendo permeada, em parte, pela ideia de que o trato teórico-metodológico da profissão destina-se para o entendimento e interpretação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



da sociedade e da profissão, cabendo à formação destinar espaço para orientações exclusivas sobre as técnicas, habilidades, ensinar o “como fazer”.

Porém, a autora alerta que tais perspectivas não são coerentes com o objetivo da profissão de proporcionar a construção de perfis profissionais prático-reflexivos capazes de atuar coerentemente com a realidade social, pois a teoria considerada na direção aqui apresentada faz com que surja o teoricismo – modo de tratar a teoria não a relacionando com a prática. E o “ensinamento” da prática do Serviço Social traz o perigo de formar profissionais meramente técnicos que, aparentemente, poderão até saber fazer, mas não saberão refletir, entender e explicar o que configura, direciona e objetiva o seu trabalho, como também em que ele resulta. Cabe-nos aqui lembrar que a prática tratada da forma aqui citada, como dissociada da teoria, origina outro vício que muitas vezes se insere na profissão – o praticismo – aquele que induz a prática não subsidiada pelo aporte teórico-metodológico da profissão, mas sim pelo senso comum.

Consideramos, então, que a formação profissional deve ser realizada eliminando tais vícios da profissão, buscando cada vez mais formar profissionais hábeis na articulação entre a teoria e a prática, fazendo-os saber que o trato sobre a realidade econômica, social, histórica, política, realizado pela formação, assim como as abordagens sobre a origem e direção do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, é para que, através de seus conhecimentos, eles possam ter a capacidade de elaborar propostas de intervenção condizentes com a realidade social e com os objetivos profissionais. Deste modo, ficando explícita a relação intrínseca entre a teoria e a prática.

Assim, cabe à teoria direcionar a prática, e não ser um momento de descrição, e à prática trazer para a teoria novas indagações, questionamentos, realidades a serem investigadas, fazendo com que nessa relação elas se articulem gerando um ciclo, como compreendemos a partir das considerações de Silva (2009).

Menezes (2006) nos diz que é necessário ter definido o tipo de formação profissional desejado, pois ela influenciará a visão de homem e de profissional. E ao citar Netto (1996), a referida autora salienta que é importante, pelo menos, ter claro que tipo de profissional deseja-se formar: se apenas o técnico apto para lidar com situações e problemas ou o “intelectual”, conhecedor da realidade social e idealizador de intervenções reflexivas condizentes com a realidade social. Porém, é óbvio que tal distinção não pode existir, pois estas “duas habilidades” são necessárias ao Assistente Social.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Na verdade, não há como dividir o perfil profissional do Assistente Social em dois, pois a intervenção só pode ser realizada com sucesso quando o profissional utiliza seu conhecimento teórico-metodológico e ético-político para idealizar propostas de intervenção condizentes com a realidade social, pois se não houver a articulação de tais conhecimentos com a atuação profissional, com a parte técnico-operativa, o trabalho do Assistente Social estará permeado de “conhecimentos do senso comum”, de opiniões embasadas no que é aparente e não no que é real, estando o profissional correndo o risco de estar sob práticas conservadoras, como nos faz entender Montañó (2011). E, de acordo com as diretrizes curriculares, fica explícito que o objetivo é o de que o profissional obtenha o perfil prático-reflexivo.

Iamamoto (2009) aponta que a questão social é originada no processo de reprodução das relações sociais e que tal reprodução se caracteriza para além do momento em que os homens transformam a natureza, através dos meios de produção, pois, ao se relacionarem, os indivíduos vão criando novos interesses, transformando a sociedade no que diz respeito a seus aspectos históricos, culturais, jurídicos, religiosos, artísticos, científicos, etc. Então, conseqüentemente, as expressões da questão social também vão ser reconfiguradas a partir do processo de reprodução social, além de também serem transformadas pelos interesses do capital. Deste modo, a autora reafirma a necessidade de o profissional em formação, assim como o Assistente Social já graduado, estudar constantemente as transformações postas à sociedade, visando conhecer a dinamicidade da realidade social, o que há de “novo”, e direcionar sua atuação para tal.

Assim,

A profissão [apresenta-se como] um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos. Considerando a historicidade da profissão – seu caráter transitório e socialmente condicionado – ela se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto de determinantes macro-sociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho e apoiado nas relações de propriedade que a sustentam.

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: a) de um lado, as condições macro-societárias que tecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades que vão além da vontade do sujeito individual; b) e, de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo – apoiadas em fundamentos teórico-metodológicos – de parte dos agentes profissionais a esse contexto. Elas traduzem como esses limites e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



possibilidades são apropriados, analisados e projetados pelos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2009, p. 171).

Santos (2013) nos diz que a teoria e a prática do Serviço Social relacionam-se intrinsecamente formando uma unidade, porém ao mesmo tempo cada uma tem suas particularidades. As diversas formas de conhecimento se encontram e se relacionam ao serem conectadas na atividade prática, caracterizando a prática como momento em que os conhecimentos são originados, confrontados e executados, momento este que identifica e redimensiona a realidade.

Ao refletir sobre as considerações da dialética de Marx – método adotado pelo Serviço Social, Santos (2013) aponta que a investigação da realidade surge a partir do que é empírico – o momento primeiro, mas não se detém a fazer considerações sobre as aparências demonstradas por ele. O empírico torna-se ponto de partida para que seja investigada a realidade, buscando conhecer todas as particularidades que o compõe para que assim possa ser compreendida a totalidade, a universalidade que se apresenta. Desta forma, o dado não é modificado, mas sim as concepções, o conhecimento que é obtido sobre ele passa a ser mais verdadeiro.

Então, a autora apresenta que o dado a ser investigado é tratado por Marx como algo concreto, que surge na prática. E a investigação para identificar o que há além desse concreto, dessa prática, proporciona o saber sobre o particular e o universal que compõem o que foi pesquisado, permitindo um novo olhar e novos conceitos sobre a situação.

Neste processo de investigação do que é posto pela prática e de obtenção de novas concepções sobre ela, tanto para apenas ganho de conhecimento quanto para o uso deste na transformação das situações, é que se dá a relação entre teoria e prática. É ressaltado que este processo é infundável, visto que o concreto possui várias determinações que demandam estudos para o conhecimento progressivo da realidade.

8.2.3. A construção curricular da formação em Serviço Social da UFAM



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



De acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFAM (2009), vimos que a primeira reforma curricular ocorreu no ano de 1974 e foi fixado o currículo pleno do curso, sendo definido que a duração mínima seria de três anos e máxima de cinco anos. Este currículo possuía dois ciclos, um era o básico que era composto pelas disciplinas que permitem o entendimento sobre os vários âmbitos da sociedade, que são: Sociologia, Psicologia, Economia, Direito e Teoria do Serviço Social. O segundo ciclo, denominado Ciclo Profissional, era composto pelas disciplinas Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, Política Social, Ética Profissional e o Estágio. Nesse Ciclo, também tinham as disciplinas complementares obrigatórias: Línguas Portuguesa e Estrangeira, Estudo de Problemas Brasileiros, Prática Desportiva I e II, Introdução à Filosofia e Metodologia do Estudo.

A segunda mudança curricular originou o currículo de 1979 que teve definido como obrigatoriedade 169 créditos, distribuídos em 2.730 horas-aula, com duração mínima de três anos e máxima de cinco anos letivos. Neste, as novidades eram: a obrigatoriedade de cursar 31 créditos optativos; obrigatoriedade de cursar dois créditos em Educação Física, com 60 horas-aula; obrigatoriedade de cursar Estudo de Problemas Brasileiros com 30 horas-aula.

A terceira reforma curricular do curso de Serviço Social da UFAM deu vida ao currículo de 1982 e acrescentou a obrigatoriedade do estágio supervisionado e fixou em 2.700 horas a integralização do curso, com duração mínima de três anos e máxima de sete anos.

O currículo de 1985 foi originado pela quarta revisão curricular pela qual a formação passou. Silva (2015) apresenta que, para a elaboração do Projeto de Formação Profissional do curso de Serviço Social da UFAM, o departamento do curso solicitou em setembro de 1983 uma consultoria técnica prestada pelo Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE), a qual foi realizada pela professora Doutora Maria Lucia Martinelli, em cinco etapas, entre 23/11/1984 e 21/12/1988 (quatro anos).

O objetivo era que a professora assessorasse e orientasse a construção teórico-metodológica da implementação do projeto, como também o desenvolvimento e a trajetória histórica. Considerava-se a necessidade de que a formação realizada por meio deste novo projeto fosse constantemente avaliada, a fim de serem constatadas as fragilidades presentes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Foram participantes os docentes, discentes e supervisores de campo, e como resultados tiveram a elaboração do projeto que direcionaria as abordagens da formação e a elaboração do Projeto de Formação Profissional que nortearia o processo. Tal projeto foi implantado em 1985 e o objetivo era dinamizar a teoria confrontando-a com a realidade, dando bases para a instrumentalização do assistente social para que soubesse lidar com a dinâmica realidade brasileira.

Objetivava ir além de proporcionar apenas titulação acadêmica e inserção no mercado de trabalho, e sim preparar profissionais aptos a lidar com a complexidade social, conhecedor da história da sociedade; trabalhar no discente a sensibilização para a questão social, bem como a relação e desenvolvimento da profissão junto a ela. A pesquisa também integra a formação, possibilitando ao aluno maiores reflexões teórico-práticas e a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O Projeto Pedagógico (2009) apresenta que o Currículo Pleno de Serviço Social é fixado em 197 créditos distribuídos em 3.240 horas-aula ministradas em oito períodos letivos.

Neste período, por meio do Estágio Supervisionado é permitida uma maior articulação de todas as disciplinas da formação, obrigatórias e optativas. A partir das possibilidades de iniciação científica, os discentes também são vinculados aos campos da cientificidade, podendo alcançar com mais sucesso a criticidade. A formação é realizada de modo que desenvolva um perfil profissional que saiba lidar com as expressões da questão social, a partir do direcionamento crítico-dialético, livrando-se das características religiosas e caritativas.

A quinta revisão curricular deu origem ao currículo de 2001, que seguiu com os avanços do currículo anterior, trazendo como novidade a fixação do Currículo Pleno de Serviço Social em 196 créditos distribuídos em 3.165 horas-aula ministradas em nove períodos letivos, ou seja, um período a mais do que o de 1985.

No ano de 2009 foi criado o currículo atual para que fossem atendidas as demandas do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

No que diz respeito às mudanças da composição curricular, ao observarmos o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFAM (2009) identificamos mudança do título da disciplina Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



(FHTMSS) que passou a ser nomeada como Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FTMSS), sendo mantidos todos os conteúdos desta.

Junto a isto, a disciplina Questões Urbanas e Agrárias que era obrigatória passou a ser matéria optativa no currículo de 2009; Serviço Social na área da Família que era optativa no currículo anterior e passou a ser obrigatória no atual currículo; e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que era realizado no antigo nono período da graduação, isolado das outras, e no atual currículo passou a ser construído no oitavo período junto à disciplina Estágio Supervisionado em Serviço Social III que já compunha o oitavo período do curso. Houve mudanças também na duração do curso que antes era realizado em nove períodos e, a partir deste novo currículo, passou para oito períodos.

Tais mudanças, mesmo que pequenas, foram realizadas para o atendimento das demandas do REUNI que estava sendo implantado nas Universidades Federais. Este currículo foi elaborado por uma comissão de professores do curso, mas não foi fruto de revisão curricular.

Para direcionar a formação, a ABEPSS (1996) propõe que a construção curricular seja conduzida por disciplinas; seminários temáticos (aprofundamento em temas, buscando desenvolver a problematização e o estímulo da criatividade); oficinas e laboratórios; atividades complementares (participação em pesquisa e extensão, congressos, encontros, etc.). Assim, entendemos que apenas a sistematização de disciplinas seria insuficiente para o alcance do desenvolvimento profissional, por isto a necessidade e a orientação de haver a relação com diversas outras atividades como componentes curriculares.

Quanto maior a relação do acadêmico com atividades que vão além das disciplinas de sala de aula, mais bem sucedida é a construção de um perfil profissional rico em conhecimentos e propostas, articulado para a intervenção social, e direcionado aos objetivos do projeto de formação que, como Iamamoto (2006) apresenta, é o de construir um perfil profissional de visão ampla e crítica sobre a sociedade, capaz de lidar com a questão social, preparado e disposto para propor melhorias para o seu público-alvo, através da elaboração e execução de políticas sociais, de acordo com a ética profissional, compreendendo as demandas do projeto profissional.

Um projeto profissional é construído com a finalidade de direcionar a profissão ao alcance de seus ideais, e com Netto (2009) entendemos que o projeto ético-político do Serviço Social foi idealizado para romper com o conservadorismo que existia na profissão,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



momento em que ela redimensionou seus âmbitos teórico-práticos para lidar com as demandas da sociedade brasileira sob olhar mais crítico e ampliado, sendo configurado em sua estrutura básica entre as décadas de 80 e 90, cabendo-nos lembrar brevemente que ele é posicionado em favor da defesa intransigente dos direitos humanos, da equidade e justiça social.

Para o alcance das finalidades propostas por seus sujeitos, o projeto também influencia o processo formativo para que a categoria obtenha avanços, consequentemente, continuando-o e aprimorando-o. A partir das reflexões do referido autor, consideramos o projeto profissional como um processo em desenvolvimento, logo, ele se renova constantemente e incorpora novas questões e direções econômicas, históricas, culturais, dentre outras.

Vimos, então, que o projeto ético-político do Serviço Social tem o objetivo de alcançar a equidade social, de combater as desigualdades sociais redimensionadas a partir do sistema capitalista. O Serviço Social tem como objeto de estudo a realidade social e todas as situações surgidas das relações sociais capitalistas e, para isto, o profissional precisa saber relacionar seus conhecimentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para alcançar o sucesso da intervenção profissional, bem como redimensionar as análises teóricas.

Nesta direção, a formação tem como condutor o currículo que articula as propostas para o oferecimento de uma capacitação profissional coerente aos objetivos do projeto. Para isto, a matriz curricular da formação em Serviço Social é estruturada a partir de três núcleos temáticos indissociáveis, os quais são apresentados por Iamamoto (2006), que se complementam e relacionam os conhecimentos e habilidades supracitadas, necessários para uma formação de qualidade dos assistentes sociais.

Já enfatizamos aqui que a matriz curricular não se limita às disciplinas, mas para uma melhor compreensão de como está proposto o currículo 2009 do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para o atendimento das diretrizes curriculares, apresentaremos em quadros as disciplinas que estão organizadas de acordo com os núcleos da formação.

Iamamoto (2006) aponta que o primeiro núcleo é o de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social que aponta a necessidade de o Assistente Social dominar um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para compreender o ser social, a vida em sociedade, e analisar o desenvolvimento da vida social na sociedade



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



burguesa. No quadro 1, é possível visualizar as disciplinas oferecidas por meio do currículo 2009 do curso de Serviço Social da UFAM, que são propostas na intenção de proporcionar os conhecimentos demandados por este núcleo.

Quadro 1 – Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social

SIGLA	DISCIPLINAS	CR	CH	PR
IHF001	Introdução à Filosofia	4.4.0	60	-
IHP041	Comunicação em Prosa Moderna I	4.4.0	60	-
IPH051	Comunicação em Prosa Moderna II	4.4.0	60	IHP041
IHS011	Sociologia I	4.4.0	60	-
IHS021	Sociologia II	4.4.0	60	IHS011
IHS031	Sociologia III	4.4.0	60	IHS021
FEP001	Psicologia Geral I	4.4.0	60	-
FEF023	Psicologia Social	4.4.0	60	FEP001
IHS037	Ciência Política	4.4.0	60	-
FAE153	Economia Política	4.4.0	60	-
IHA041	Política Social I	4.4.0	60	IHS037
IHA069	Política Social II	4.4.0	60	IHA041
FDI030	Direito e Legislação Social	4.4.0	60	-
IHA008	Trabalho e Contemporaneidade	4.4.0	60	-
IHF016	Teoria do Conhecimento	4.4.0	60	IHF001
FET024	Metodologia do Trabalho Científico	4.4.0	60	-

Fonte: UFAM (2009).

O segundo núcleo destacado por Iamamoto (2006) é o de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da sociedade brasileira voltado, às discussões sobre a formação e o desenvolvimento das áreas econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, a relação entre Estado e sociedade, o tratamento das políticas públicas, o desenvolvimento do processo capitalista, a análise da questão social e suas origens, entre outros. Para subsidiar a obtenção destes conhecimentos, são apresentadas no quadro 2 as disciplinas que compõem o currículo 2009 do curso de Serviço Social da UFAM para o atendimento deste núcleo.

Quadro 2 – Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

SIGLA	DISCIPLINA	CR	CH	PR
IHS103	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	4.4.0	60	-
IHS008	Introdução a Antropologia Cultural	4.4.0	60	-
IHH063	História Cultural da Amazônia	4.4.0	60	IHS008

Fonte: UFAM (2009).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Podemos ver no quadro 3 as disciplinas que compõem o currículo 2009 para a consecução do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Com Iamamoto (2006) compreendemos que este núcleo é composto pela abordagem da trajetória histórica, teórica, metodológica e profissional do Serviço Social, a abordagem da ética da profissão, etc., para que situe e capacite o profissional em formação.

Quadro 3 – Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

SIGLA	DISCIPLINA	CR	CH	PR
IHA001	Introdução ao Serviço Social	4.4.0	60	-
IHA095	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	4.4.0	60	-
IHA096	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	4.4.0	60	IHA095
IHA097	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	4.4.0	60	IHA096
IHA098	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	4.4.0	60	IHA097
IHA099	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social V	4.4.0	60	IHA098
IEE453	Estatística Aplicada às Ciências Sociais	4.4.0	60	-
IHA107	Pesquisa em Serviço Social I	4.4.0	60	IHF016
IHA078	Pesquisa em Serviço Social II	4.4.0	60	IHA107
IHA123	Pesquisa em Serviço Social III	4.4.0	60	IHA078
IHA127	Trabalho de Conclusão de Curso I	5.4.1	90	IHA123 IHA099
IHA121	Gestão e Planejamento em Serviço Social I	4.4.0	60	-
IHA122	Gestão e Planejamento em Serviço Social II	4.4.0	60	IHA121
IHA099	Tópicos Especiais	4.4.0	60	-
IHA110	Ética Profissional em Serviço Social I	4.4.0	60	IHA096
IHA073	Serviço Social na área da Família	4.4.0	60	-
IHA120	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	7.2.5	180	IHA069 IHA098
IHA079	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	7.2.5	180	IHA120
IHA080	Estágio Supervisionado em Serviço Social III	7.2.5	180	
IHA068	Análise Institucional	4.4.0	60	-

Fonte: UFAM (2009).

Para a potencialização deste último núcleo citado, são oferecidas também as disciplinas optativas, as quais são Serviço Social na Área Empresarial, Serviço Social na Área da Saúde, Serviço Social na Área da Educação, Serviço Social na Área da Assistência Social, Serviço Social na Área do Idoso, Serviço Social, Políticas Habitacionais e Movimentos Sociais; Serviço Social na Área da Criança e do Adolescente, Seminários Temáticos, Questões Agrárias e Meio Ambiente na Amazônia, Geografia



Humana, Psicologia Social e Comunitária, Ética I, História Econômica, Política e Social do Brasil, Questões Urbanas e Agrárias e Língua Brasileira de Sinais, na intenção de ampliar as discussões a respeito das diversas Políticas Sociais e espaços de trabalho do Assistente Social.

Deste modo, podemos visualizar que o currículo atual da formação em Serviço Social da UFAM é idealizado na intenção de proporcionar ao acadêmico o amplo conhecimento sobre a construção e o desenvolvimento da sociedade em todos os seus aspectos econômico, político, social, cultural, dentre outros; trazendo reflexões sobre o desenvolvimento da profissão de acordo com as transformações sociais, além de propor os momentos a mais para reflexões teórico-práticas por meio do estágio e da construção da monografia. Ademais, também são propostas disciplinas optativas que se voltam às discussões sobre algumas políticas sociais setoriais, como também seminários temáticos e oficinas.

Se observarmos, estes núcleos são propostos para atender as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que compõem o projeto profissional do assistente social. Assim, a formação cada vez mais se propõe a subsidiar os caminhos percorridos pela categoria e deles absorver novas discussões.

Assim, consideramos o currículo como um instrumento organizativo da formação, que direcionará a construção do perfil profissional almejado e, do mesmo modo em que a formação em Serviço Social da UFAM foi tendo seus currículos aprimorados ao passar por várias revisões, é necessário manter a constante avaliação para que seja verificado se o modo como a matriz curricular está proposta continua atendendo às demandas da profissão, como aponta Iamamoto (2006), principalmente a formação em Serviço Social que deve acompanhar as transformações sociais.

8.3. MERCADO DE TRABALHO E SUAS INFLUÊNCIAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

8.3.1. Trabalho e inserção ao mercado de trabalho

As discussões a respeito do mercado de trabalho e da empregabilidade envolvem, obviamente, o trabalho e suas configurações como eixo central. Para isto, nos cabe



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



refletir, brevemente, sobre o que é o trabalho para que então seja possível entender a realidade imposta sobre ele no sistema econômico vigente.

Ao nos debruçarmos sobre os apontamentos de Lamamoto (2007), vimos que Marx compreende o homem como produto histórico, resultado de condições e relações sociais e particulares ao mesmo tempo em que cria e desenvolve a sociedade. Assim, ele se contrapõe àqueles que consideram o homem como ser isolado, desvinculado da reprodução social e afirma que o homem depende da sociedade para viver e produzir.

A partir das reflexões do filósofo, entendemos o homem como ser diferenciado dos outros por conta de ser capaz de transformar a natureza para sua sobrevivência e reprodução e, antes disto, idealizar a partir de suas habilidades teleológicas o que será por ele materializado. O trabalho pelo qual o homem cria valores de uso é a condição da vida humana. Além de transformar a natureza para o alcance de seus fins pessoais e sociais, o homem elabora meios/instrumentos que o auxiliarão a chegar ao objetivo final.

No processo de produção da riqueza social, as relações sociais tornam-se expressões do desenvolvimento das classes da sociedade burguesa e a reprodução da vida humana, e em sociedade, é subordinada aos interesses do capital. A conexão social dos indivíduos é orientada pelos interesses mercantis expressos na forma de dinheiro, propriedades territoriais, etc. Tal conexão é direcionada pelos valores de troca que orienta as relações sociais dos indivíduos, causando a fetichização sobre as coisas materiais como forma alienada de dar sentido à vida social, subordinando a dinamicidade das relações sociais aos padrões definidos pelos ideais do sistema capitalista. E, a partir das considerações de Marx, Lamamoto (2007) ressalta que o que difere as épocas econômicas são os meios utilizados, os instrumentos elaborados e adotados. Ou seja, ao aprimorar as tecnologias para a reprodução da vida em sociedade, os homens vão transformando as épocas.

O trabalho é um processo histórico, pois ao transformar a natureza o homem vai encontrando novas necessidades sociais, sendo possível afirmar que ao buscar novas respostas para a reprodução do trabalho, ele desenvolve seus sentidos teleológicos ao executar a *práxis* (relação entre teoria e prática), conseqüentemente, transformando a história da sociedade. Portanto, o trabalho é inseparável do conhecimento, das formas de idealização.

No processo de desenvolvimento social, o trabalho vai ganhando divisões, fazendo com que a atividade transformadora da natureza para o alcance de finalidades



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



seja separada da atividade intelectual, da elaboração. Isto é, reafirmado com o surgimento da propriedade privada, a qual implica na divisão desigual do trabalho e dos produtos originados por ele. E o indivíduo separado de seu produto torna-se alienado ao não se apropriar do que foi produzido por ele enquanto parte do trabalho coletivo. Neste sentido, o trabalho traz a divisão social entre aqueles que produzem para o alcance das finalidades dos que possuem as propriedades privadas. O “interesse coletivo” passa a ser defendido nos discursos do Estado, igrejas e diversas organizações que, na verdade, findam mascarando a luta de classes.

Iamamoto (2007) aponta que ao mesmo tempo em que o homem produz um determinado tipo de produto, ele possui necessidades diversas que não serão atendidas pelo produto criado a partir da venda de sua mão de obra. O fruto do seu trabalho lhe servirá como meio de troca para que ele obtenha, ou pelo menos tente obter, os meios necessários para sua subsistência. E como os homens não se relacionam socialmente até o momento de troca do produto, as particularidades, os investimentos da força humana do processo de construção do produto e o tempo demandado não são manifestados, assim, as relações pertinentes a esse processo tornam-se relações sociais entre coisas.

Estas relações de troca também possuem características jurídicas ao serem estabelecidos contratos entre os possuidores das mercadorias, porém o mediador destas relações continua sendo o interesse econômico. O meio que dá vida às relações econômicas é o dinheiro e passa a representar o valor das coisas, dando a possibilidade de medir o valor e importância das coisas. O dinheiro adquire “poder” ao ganhar desenvolvimento na representação dos produtos e se torna a representação da riqueza social, conseqüentemente, vai criando autonomia e poder sobre o homem na sociedade.

As possibilidades no processo de troca do produto dão uma ilusão de independência e individualidade ao homem, porém ilusória porque ele fica subordinado à construção de uma demanda em comum, algo socialmente demandado e não para desenvolvimento próprio. E nesta dinâmica vai sendo originada a divisão de classes, aquela que produz e aquela que se apropria do valor excedente, da mais-valia, da classe trabalhadora.

A sociedade capitalista considera o indivíduo como ser desprovido de possibilidades para sua sobrevivência, a não ser a alternativa de vender sua mão de obra para conseguir em dinheiro o valor necessário para sua subsistência e de sua família,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



neste sentido, o indivíduo torna-se um pobre sem alternativas a não ser inserir-se no mercado de trabalho para produzir e gerar a riqueza social.

O desenvolvimento social originado na sociedade capitalista impõe diversas características e implicações à vida dos indivíduos. O homem, que pode evoluir significativamente a partir de suas atividades laborativas, passa a executar o trabalho distorcido pelo sistema econômico vigente que dita o que deve e o que não deve ser produzido para a sociedade. Em consequência disto, a busca pelo aumento da riqueza e da produção para a sociedade privada vai reafirmando a classe excluída e “desprovida” de recursos, além de limitar o indivíduo no exercício real do que é ou pelo menos deveria ser o trabalho.

Ao citarem Marx (1988) e Braverman(1981), Previtali e Fagian (2014) apontam que as coisas só adquirem valor a partir do momento em são transformadas em mercadorias por intermédio das relações sociais e, apesar de haver várias configurações do trabalho, o ato de trabalhar sempre demanda desgaste físico e intelectual do homem, fazendo com que seja característica específica do homem a capacidade de transformar e utilizar os meios e a natureza para a criação de coisas. Para isto, e como consequência disto, o homem sempre evolui suas qualificações.

Este processo de trabalho na criação de coisas se caracteriza como trabalho concreto e o valor das coisas vai ser baseado na quantidade de investimento da força humana e no tempo socialmente necessário para a produção. Como o sistema econômico atual se mantém a partir da apropriação de excedente (mais-valia) por uma das partes, a busca por meios para o ganho de lucros sem aumento de gastos é constante, logo, é imposto aos trabalhadores a redução do tempo socialmente necessário para a produção e o aumento do trabalho. Ou seja, para que não haja a necessidade de pagar mais mão de obra, o empregador aumenta o nível de produção dos trabalhadores dentro do mesmo tempo já acordado entre eles. Para facilitar este processo, são introduzidas as inovações tecnológicas e organizacionais, fomentando a produção e o ganho de lucro, lucro este que só é destinado ao empregador e não ao trabalhador.

Os referidos autores afirmam que, neste contexto, a busca por inovações para a organização do trabalho e aumento da produção é cada vez mais constante, o que é, segundo Venturi e Mattei (2008), fruto do aumento da concorrência entre os capitalistas na busca pela diminuição dos custos de produção. Sendo afirmado também que tal



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



configuração é efeito implicado ao mercado de trabalho por conta da globalização e reestruturação produtiva originada pela crise de acumulação do capital.

Entre os resultados do modelo de organização da produção de forma flexível e enxuta, Venturi e Mattei (2008) citam o aumento do desemprego devido à substituição de muitos trabalhadores por máquinas e a nova demanda por polivalência e intensidade no trabalho, o que acarretou tanto para os funcionários que permaneceram quanto para os que foram solicitados a partir de então a necessidade de se adaptar às exigências de assumir várias funções e buscar qualificações, como também o estabelecimento de alcance de metas, aumento do trabalho terceirizado e temporário.

Deste modo, Previtali e Fagian (2014) corroboram que a ciência é submetida à busca de mais tecnologias e meios para o aumento de lucro para o capital, conseqüentemente, sendo utilizada para o aumento da exploração do trabalho. Com isto, é apontada a contradição que é posta sobre a ciência quando ela é impulsionada a evoluir, porém sob os interesses e normas para o desenvolvimento do sistema capitalista, além da realidade da distribuição desigual dos seus resultados e benefícios.

Nesta realidade, destacam que a gerência é fundamental para o controle e organização do trabalho a ser exercido, pois através delas as tarefas são divididas e, como no sistema econômico vigente o conhecimento priorizado é aquele que é de interesse do empregador, “não é necessário” que o funcionário tenha conhecimento generalista sobre o processo de produção, o que torna o conhecimento focalizado apenas nas atividades simples e rotineiras que serão executadas.

É imposta uma divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, gerando a desqualificação do trabalhador que exerce exclusivamente a produção, limitando o desenvolvimento de seus sentidos teleológicos a respeito de seu trabalho. É afirmado pelos autores que o trabalhador não perde só o domínio sobre o processo do trabalho, mas também se torna subordinado a uma estrutura administrativa fortemente hierarquizada, o que nos permite supor que a autonomia do trabalhador é minimizada ou inexistente.

Os referidos autores afirmam que o processo educativo do homem é intrínseco ao momento em que ele produz sua existência. E o conhecimento é originado e reproduzido na medida em que os homens vão se transformando junto às relações sociais e relações com a natureza, ao ensinarem e aprenderem. No entanto, no decorrer do processo histórico da sociedade, o saber é destinado aos donos de propriedades e negado aos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



trabalhadores, sobretudo com o sistema capitalista que gerou a divisão técnica do trabalho e destina o conhecimento sobre a totalidade da produção social ao “trabalhador intelectual”, o qual é destinado a chefiar e controlar o trabalhador manual, consequentemente, mantendo e perpetuando o processo de exploração.

Então, considerando que a educação possui relação ao processo formativo do homem, ela é influenciada pelo sistema no qual está inserida tanto ao configurar seus modelos educacionais e pedagógicos de acordo com as demandas do capital quanto na mercantilização do ensino como meio de lucro para o sistema. Tanto é que Previtali e Fagiani (2014) apresentam que a reforma educacional é organizada de acordo com os relatórios e diagnósticos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), na busca de construir perfis profissionais polivalentes, flexíveis e aptos a solucionar os problemas profissionais. Deste modo, é perceptível que o processo educacional e a empregabilidade são direcionados pelos interesses do mercado.

A partir das considerações de Kuenzer (2003) e Costa (2006), entendemos a empregabilidade como uma adequação a um posto não ocupado, capacidade de se adequar para ter um emprego. Para alcançar a empregabilidade, Kuenzer (2003) afirma que o mercado de trabalho demanda profissionais com capacidades diferenciadas e aguçadas, que saibam lidar com trabalhos simples e complexos, que sejam possuidores de várias qualificações, capacidade cognitiva e psicológica desenvolvidas, certificação escolar e de cursos técnicos e superiores, assim como a formação continuada, dentre várias outras exigências que são postas.

A autora destaca que, praticamente, os profissionais que conseguem alcançar e manter a empregabilidade são os que têm, além dos requisitos acima citados, flexibilidade para se adaptar às mudanças ocorridas a respeito da configuração do seu trabalho, inclusive às situações precárias que se tornam, na maioria das vezes, a única forma de obter renda. E, por mais que a demanda por profissionais sempre qualificados alavanque a busca por estudo e aperfeiçoamento profissional, ela nos lembra que a diminuição de postos para trabalho é progressiva, como também a utilização da educação profissional para a divisão de competências que implica em diferentes níveis de qualificação; para a maioria que não tem boas oportunidades de emprego, formação simplificada, barata e com curta duração. Para os que ocuparão cargos mais valorizados, formação com maior



complexidade, custo e duração. Assim, vemos que o sistema capitalista reafirma-se seletivo e excludente sobre os principais âmbitos sociais.

A autora salienta que, no Brasil, tal divisão e agrupamento das competências implicam ao processo educacional a busca da articulação entre formação e demanda do mercado de trabalho, causando à maior parte da população a garantia de, no máximo, acesso à educação básica, fundamental e média para que seja possível exercer alguma função produtiva na sociedade com atividades informais ou em situações precárias do mercado de trabalho formal. E a uma pequena parte dos trabalhadores a formação científico-tecnológica, que também é hierarquizada em níveis que vão do pós-médio (cursos técnicos) à pós-graduação, porém implicando diferenciações entre estes, incluindo-os na busca pela garantia da empregabilidade, mesmo diante da precarização e intensificação do trabalho que são impostas.

É também apontado que, por falta da existência de mais políticas públicas voltadas para o âmbito da educação, algumas empresas/instituições têm assumido a escolarização/aperfeiçoamento profissional de seus trabalhadores, porém tal realidade se torna mantenedora da exclusão de grande parte da população ao acesso à educação regular e profissional que só aumentará caso não sejam elaboradas e priorizadas políticas de inclusão e permanência principalmente para jovens e adultos.

8.3.2. O Serviço Social e a ideologia da competência

Com Iamamoto (2014) compreendemos que a profissão, ao ter seu projeto vinculado a um dos projetos societários, se pauta em um direcionamento políticos e sociais reais que dão legitimidade às finalidades às quais ela se propõe, no sentido de defesa dos interesses das classes subalternas. Para isto,

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2014, p. 612).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



A autora explicita bem como a formação em Serviço Social é influenciada pelas demandas do mercado de trabalho ao nos apontar que, devido à contrarreforma do Ensino Superior brasileiro, o currículo mínimo, elaborado pela categoria para o atendimento das demandas profissionais, foi impactado pela intenção de flexibilização da formação que, conseqüentemente, alterou algumas disciplinas e definições do âmbito técnico-operativo.

Mesmo diante da análise feita pelos profissionais e instituições representativas da profissão, sob a luz do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação da profissão, a respeito das mudanças impostas aos conteúdos da formação, foram regulamentadas pelo Ministério da Educação (MEC), em 2001, as Diretrizes Curriculares Nacionais que trouxeram, em parte, descaracterização aos direcionamentos da formação profissional.

Por exemplo, no perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilização dos recursos da informática”. Na definição das competências e habilidades, é suprimido do texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país (MEC-Sesu/Coness, 1999). Também os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades. Eles consubstanciavam o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três núcleos de fundamentação que compõem a organização curricular: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2014, p. 616-617).

Compreende-se, então, que estas alterações significam a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da profissão fica subordinado a uma formação que atenda aos interesses das unidades de ensino que são influenciadas pela lógica do mercado, fragilizando a condução da formação, como foi apontado pela autora citada que, praticamente, os núcleos que compõem a formação são preservados em suas nomenclaturas, mas suas estruturas são alteradas, destoando ou anulando os objetivos profissionais.

E inserida nesta realidade, a profissão sofre sérios impactos, pois



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2014, p. 612).

Porém, para a construção de um perfil profissional com tais capacidades e habilidades, é necessário um processo formativo embasado nos fundamentos da profissão, mas com as alterações impostas o desenvolvimento do saber profissional da categoria fica limitado.

Iamamoto (2014) afirma que a educação recebe caráter contraditório ao ter que formar, mas não com seu papel ideal. Segundo ela, existe a tendência predominante, como também entendemos com Chauí (2014), de imprimir uma lógica mercantil e empresarial às universidades, à educação, na busca por lucros – o que gera a flexibilização das formações.

A autora destaca, então, que o Ensino superior é âmbito de interesse tanto para as classes subalternas quanto para a classe dominante para a obtenção da força de trabalho qualificada, na produção da ciência, da tecnologia e da inovação. Por isto, é campo de disputa entre os projetos de formação universitária, os quais subentendemos que são projeto que vão atender ou ao mercado e suas ideias conservadoras de sociedade ou o que atenderá ao projeto societário emancipatório.

Nesta direção, a referida autora nos lembra que o projeto de formação do Serviço Social é proposto para uma construção coletiva de formação acadêmica, em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada à valorização do conhecimento crítico e na realidade regional e nacional, prezando os valores universais e não os interesses de determinada classe (burguesa), conseqüentemente, desenvolvendo os resultados do conhecimento.

Iamamoto (2014) nos lembra que, a partir da década de 90, houve o impulso na busca de um novo perfil de ensino superior que objetiva a formação de competências, incentivos estes iniciados por órgãos muito influentes no âmbito financeiro, justamente na intenção de fomentar o crescimento econômico.

Contudo, nesta lógica, a autora aponta que o foco do ensino é deslocado para as “capacidades instrumentais”, desmerecendo as discussões teóricas para focar no caráter



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



mais instrumental/operacional das profissões, dando valor ao processo produtivo que atende mais aos interesses do mercado. Daí surgem as exigências por “capacidades fragmentadas” que, em conjunto, satisfazem o interesse único do empregador. Como por exemplo, além de ter capacidades práticas, são demandadas ao profissional habilidades pessoais e, mesmo quando são capacidades profissionais, não se enquadram no campo de suas profissões/formações, o que a autora caracteriza como demandas que prezam o saber, saber-fazer e o saber ser.

Nesta direção, podemos compreender, a partir Chauí (2014), que a ideologia da competência põe às formações as demandas para “qualificar” profissionais de acordo com o que é esperado pelo mercado de trabalho. Assim, a autora apresenta que a ciência está direcionada para a descoberta e construção de meios para o crescimento econômico, desta forma, afirma que a sociedade de classes está dividida entre os que possuem poder porque possuem saber e os que não possuem poder porque não possuem saber.

A referida autora afirma que, assim como toda ideologia, a ideologia da competência tão adotada pela sociedade mascara a desigualdade social imposta ao dividir, como naturalmente, aos indivíduos entre competentes e incompetentes. Ela caracteriza então o discurso competente como aquele que considera que não é qualquer pessoa que possui a capacidade de comandar qualquer pessoa, sobre qualquer coisa nem em qualquer lugar.

A autora aponta que, se considerarmos que a desigualdade está firmada na obtenção do saber técnico-científico, este se torna espaço para competição entre os indivíduos para a obtenção do “sucesso”. Tal realidade configura não só a busca pelo diploma universitário e, conseqüentemente, o aperfeiçoamento profissional, mas também direciona a universidade ao atendimento das demandas do capital permitindo-se, infelizmente, a manter a ideologia da competência e abrir mão da visão crítica e da pesquisa, suas principais finalidades.

Para uma explicação melhor, Chauí (2014) caracteriza que o “competente” é aquele que tem acesso ao saber determinado e institucionalizado que, com suas ações, vai exercer dominação sobre o “incompetente” que é aquele que foi expropriado de saber e poder e se torna também objeto de estudo e trabalho do primeiro.

Desta forma, observamos que a ideologia da competência busca atender prioritariamente as necessidades do mercado, implicando às formações a perda de seus



propósitos, ao desvalorizar discussões extremamente necessárias, como pode ser visto com lamamoto (2014) a respeito da mudança imposta ao currículo de Serviço Social.

lamamoto (2014) ressalta que, para o Serviço Social, tais transformações no ensino superior trazem grandes implicações, principalmente porque a profissão tem o contato com as situações empíricas (acrescentar tese do sincretismo de Netto) do cotidiano e também porque possui a dimensão técnico-operativa/ teórico-prática, que podem passar a ideia ilusória de ter uma atuação que se enquadra no “saber fazer e no saber ser” demandados pelo mercado, colocando o risco de que sejam retomadas e/ou cada vez mais manter as características conservadoras que permeiam a profissão, pois a valorização da prática em detrimento da teoria fragiliza a profissão.

Além do mais, compreendemos por meio da referida autora que é a história da sociedade que privilegia a apreensão das particularidades do serviço social, logo, são necessárias amplas reflexões para que o desenvolvimento da atuação e da formação, da profissão como um todo, seja possibilitado. No entanto, com a tentativa de “anulação” de discussões que são demandadas pela profissão para a abertura de espaço para as imposições do mercado, as prioridades profissionais podem ser colocadas em segundo plano ou eliminadas.

8.3.3. O Serviço Social e as influências do mercado de trabalho

lamamoto (2009) afirma que a base para a institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade é a Questão Social que, diante de suas expressões, coloca a classe operária em desigualdade frente à classe burguesa e é originada a partir do modelo econômico e de produção capitalista. Neste processo de aumento das desigualdades originadas no período inicial de desenvolvimento da industrialização no Brasil, o proletariado desencadeou lutas políticas na busca pelo seu reconhecimento enquanto classe, e, como resposta, o Estado iniciou intervenções na relação entre o empresariado e os trabalhadores.

Tal intervenção estatal passou a ser realizada por meio do oferecimento de serviços sociais à população na intenção de “materializar” as políticas públicas, além da criação de legislações que amparassem os indivíduos enquanto cidadãos e trabalhadores. O Assistente Social, então, é solicitado para atuar executando políticas públicas,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



viabilizando os direitos sociais, nas instituições que eram direcionadas ao oferecimento dos serviços à sociedade.

No entanto, Raichelis (2009) apresenta que, se o assistente social inseriu-se inicialmente no campo das políticas apenas como executor, com o desenvolvimento da profissão, atualmente este profissional também atua no planejamento, implementação, avaliação e nas demais etapas que compõem o processo de gestão das políticas sociais.

Cardoso (2013) corrobora que a existência do Serviço Social está relacionada à reprodução da força de trabalho e ao “processo de reprodução sociopolítica e ideo-política dos indivíduos sociais”. Assim, entendemos que o processo de reprodução social e das relações sociais que originam as expressões da questão social faz do Serviço Social área necessária na intervenção de tais expressões, através das políticas sociais.

Para atuar junto às políticas Sociais, o Assistente Social é solicitado pelas instituições públicas e privadas. Porém, a referida autora afirma que tal atuação é contraditória, pois este profissional é contratado para atender a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que faz parte dela, concomitantemente atendendo aos interesses do empregador. É salientado que há sempre o atendimento dos interesses antagônicos das classes, mas no fim apenas uma delas é fortalecida.

A autora citada ressalta, então, a importância de o Assistente Social ter sempre em mente a existência da atuação contraditória para que não caia nas idéias fatalistas e messiânicas que distorcem os objetivos profissionais, assim, vemos a necessidade de manter sempre o olhar crítico e o entendimento da dinamicidade das relações, pois assim como Cardoso (2013), Iamamoto (2011) nos diz que

Embora constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz monoliticamente necessidades exclusivas do capital: participa também de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, enfrentadas, seja coletivamente, através dos movimentos sociais, seja na busca de acesso aos recursos sociais existentes, através dos equipamentos coletivos que fazem face aos direitos sociais do cidadão (IAMAMOTO, 2011, p. 100).

Sendo um profissional assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho, o Assistente Social encontra-se no mesmo contexto do mercado de trabalho apresentado no item anterior. E Raichellis (2011) aponta que, inserido neste cenário, a atuação do Assistente Social passa a ser mediada pelo mercado, pela produção, troca e consumo de bens e serviços do mesmo modo que as mercadorias. Este profissional é



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



inserido no mercado de trabalho por conta de sua força de trabalho especializada e qualificada para atuar junto à complexidade da realidade social.

No entanto, a autora afirma que tal exercício profissional demanda recursos físicos, financeiros, materiais, humanos para o desenvolvimento de projetos, programas e demais atividades inerentes à profissão, que, na maioria das vezes, são de acesso apenas aos assistentes sociais que atuam vinculados a instituições. O que implica, segundo a autora citada, em relativa autonomia deste profissional que finda não tendo total controle para estabelecer as prioridades de seu “trabalho socialmente necessário” e coletivo.

Outra implicação destacada pela autora, posta à atuação do assistente social inserida no cenário de precarização do trabalho, é o desgaste físico e mental que não tem recebido destaque entre as discussões da categoria, visto que existem poucas obras ou nenhuma que se voltam às reflexões sobre esta realidade que está imposta. O que consideramos ser alarmante, pois são profissionais que estão constantemente na busca pela garantia dos direitos sociais, porém demonstram não se reconhecer enquanto classe trabalhadora ao não lutarem coletivamente pela garantia dos seus próprios direitos.

A autora afirma que tais sinais de alienação são originados pelo trabalho assalariado, o que nos faz entender que eles são reflexos da configuração do mercado de trabalho capitalista que “enxuga” o quadro de funcionários, sobrecarrega os que permanecem e, diante a necessidade de renda, praticamente obriga o trabalhador a aceitar e naturalizar as situações precárias do cotidiano profissional. É destacado também que tal realidade independe do tipo de instituição empregadora, seja pública, privada ou Organização Não Governamental (ONG), o que, novamente, nos remete às considerações do subitem anterior, no qual ficou explícito que a sociedade possui este tipo de configurações e relações em todos seus âmbitos.

É corroborado pela autora citada que outra realidade relacionada aos ideais do modelo econômico vigente que tem implicado fragilidades ao Serviço Social é a terceirização que, assim como aos demais trabalhadores sociais,

- a) Desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais;
- b) Desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas;
- c) Subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas;
- d) Realiza uma cisão entre prestação de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito. (RAICHELLIS, 2011, p. 432).

Deste modo, vemos que os “modelos de trabalho” originados pela reorganização produtiva não afeta só a qualidade do labor e da vida dos trabalhadores, mas também o oferecimento dos serviços à população e, para o assistente social, a qualidade de suas atividades que objetivam viabilizar e garantir os direitos sociais à população.

Diante todo este contexto, Raichellis (2011) aponta que existe um obstáculo para o assistente social em tentar conciliar a busca pela concretização do projeto ético-político e a realidade de trabalhador assalariado do assistente social. Porém, mesmo com todas as implicações impostas pelo mercado de trabalho, concordamos com Iamamoto (2011) quando ela afirma que o assistente social possui autonomia para gerir seu trabalho, nos cabendo acrescentar que, assim como o assistente social depende de seu trabalho institucionalizado, o empregador também precisa da intervenção que só este profissional pode fazer, logo, é possível a este profissional estabelecer acordos com as instituições, em favor de qualidade da sua atuação e dos usuários dos serviços.

A referida autora nos destaca, então, a importância de os assistentes sociais se empenharem sempre em sua atuação, tendo o cuidado de não permitir que a prática se limite aos objetivos das instituições, aproveitando o ‘leque’ de possíveis intervenções que a sociedade apresenta e sempre propondo alternativas para atender às demandas sociais, demonstrando, assim o compromisso com os objetivos do projeto profissional. Pois,

O Serviço Social, em sua prática, dispõe de condições parcialmente privilegiadas, pela proximidade que tem ao dia a dia das classes subalternas, de recriar aquela prática profissional nos rumos aventados, exigindo que a formação universitária possa dotar os Assistentes Sociais de subsídios teóricos, éticos e políticos que lhe permitam – se assim p desejarem – contribuir, de mãos dadas, para o trajeto histórico em rumo aos novos tempos (IAMAMOTO, 2006, p. 200).

Para isto, é necessário que a formação profissional do assistente social seja realizada de acordo com os objetivos do projeto ético-político da profissão e priorize o ensino com qualidade para proporcionar a construção de um perfil profissional comprometido com a classe trabalhadora, conhecedor do desenvolvimento social,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



histórico, econômico e político da sociedade, apto a executar e elaborar projetos, programas e planos, a fim de por em desenvolvimento as políticas públicas no processo de viabilização de direitos, como é orientado pela Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Deste modo, o profissional estará direcionado ao cumprimento do projeto da profissão, engajado na busca pelas melhorias sociais e enfrentamento da questão social, como também preparado para inserir-se no mercado de trabalho sabendo estabelecer propostas de atuações que beneficiem a população, negociando com seu empregador quando necessário.

Ao discutir o processo de formação, Menezes (2006) nos expõe que a formação profissional não é finalizada com a conclusão da graduação, portanto, continua em toda a trajetória profissional. A autora diz que para que o perfil “intelectual” do Assistente Social esteja sempre em desenvolvimento, é necessário que aqueles profissionais que já estão no mercado de trabalho continuem buscando qualificações. Porém, ressaltamos aqui que o aperfeiçoamento profissional deve ser buscado para potencializar a profissão, mesmo que exista a intenção de alcançar a empregabilidade.

Ao citar Freire (1992), Menezes (2006) volta a nos salientar que a formação é um processo inacabado, considerando que a sociedade se apresenta em constante mudança, fazendo, então, com que seja “permanente porque é necessária”. E a referida autora apresenta que essa formação contínua não se restringe aos conhecimentos adquiridos em âmbito acadêmico, apesar de ser importante esta relação. Tal processo de atualização abrange a inserção dos profissionais inseridos em diversas atividades relacionadas à profissão, mas que vão além da academia. Por exemplo, a participação em movimentos sociais, etc.

Com isto, entendemos que, a partir da vivência com as demandas e articulação com os conhecimentos da academia no decorrer da atuação, o profissional se torna mais capacitado para apresentar propostas de intervenção mais elaboradas, fugindo das respostas burocráticas e reiteradoras, conseguindo alcançar os objetivos profissionais. Assim, entendemos que, quando as intervenções são idealizadas para atender as demandas identificadas através da vivência e articuladas aos conhecimentos profissionais, a tentativa de solução passa a ter mais respaldo.



REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. 1996. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em: 12 mai. 2015.
- ABRAMIDES, M. B. C. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. 2006. 426f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2006. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2006-09-14T13:00:18Z-2494/Publico/Maria%20Beatriz%20Costa%20Abramides.pdf. Acesso em: 10 mar. 2016.
- AMARAL, R. do. As contribuições da pesquisa científica na formação acadêmica. *Identidade Científica, Presidente Prudente-SP*, v. 1, n. 1, p. 64-74, jan./jun. 2010. Disponível em: http://www.unoeste.br/facopp/revista_facopp/IC1/IC16.pdf. Acesso em 17 jan. 2016.
- BURBULES, N. C. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In MOREIRA, A. F. B. & GARCIA, R.L. (Orgs). *Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- CARDOSO, P. F. G. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil*. Campinas, SP: Papel Social, 2013.
- CFESS. Esclarecimento sobre a implantação da jornada de 30 horas para assistentes sociais sem redução salarial. 2011. Brasília. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/manifestacaocfess30horas.pdf>. Acesso em: 13. jan. 2016.
- CHAUÍ, M. A ideologia da competência. In: ROCHA, A. (Org.) *A ideologia da competência (Escritos de Marilena Chauí)*. v. 3. Belo Horizonte: Autêntica ; São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2014.
- COSTA, S. N. Mercado de trabalho e empregabilidade: um estudo exploratório em guarapuava. *Revista capital científico*. Guarapuava – PR. v.4 n.1 jan./dez. 2006. Disponível em: file:///E:/Stefano Nogueira Costa 2006 Mercado-de-trabalho-e-empregab_32978.pdf. Acesso em 10. jan. 2016.
- COSTA, T. R. N. do N.; ANDRADE, R. F. C. de. Avaliação da formação em serviço social na UFAM: a trajetória dos egressos do currículo de 2009. 2015. 85f. Relatório final de iniciação científica (Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas, Manaus – Amazonas, 2015.
- GONDIM, S. M. G. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. *Estudos de Psicologia*, v. 7, n. 2, p. 299-309, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a11v07n2.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



IAMAMOTO, M.V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: Mota, A. E. [et. al] (orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez editora, 2009.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 10. Ed. São Paulo. Cortez, 2006.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Renovação e Conservadorismo no serviço social. 6. Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Serviço Social e sociedade. n. 120, p. 609-639, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>. Acesso em: 15 fev 2016.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007.

KUENZER, A. Z. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. Boletim Técnico do Senac. 2003. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/252/boltec252b.htm>. Acesso em: 18. nov. 2015.

MARTINELLI, M. L. Sentido e direcionalidade da ação profissional: projeto ético – político em serviço social. In: BAPTISTA, M. V; BATTINI, O. A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009.

MENEZES, V. B. Formação e atuação profissional: uma relação indissociável. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2006.

MONTAÑO, C. A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTENEGRO, R. de C. A Criação da Escola de Serviço Social de Manaus. 154f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro. 1986.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, E. [et al.], (org). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília (DF): OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. p. 141- 160.

PREVITALI, F. S.; FAGIAN, C. C. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. Cad. EBAPE BR, v. 12, nº 4, artigo 1, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2014. p. 766-769. Disponível em:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v12n4/1679-3951-cebape-12-04-00756.pdf>. Acesso em: 05. jan. 2016.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 107, p.420-437, jul./set. 2011

SACRISTÁN, J. G. O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizada. In MOREIRA, A. F. B. & GARCIA, R.L. (Orgs). CURRÍCULO NA CONTEMPORANEIDADE: incertezas e desafios. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, C. M. dos. Na prática a teoria é outra? : mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas do serviço social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SILVA, M. O. da S. e. O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. P. M. Da formação acadêmica ao exercício profissional: A construção discursiva do Assistente Social. 1995. 343 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1995.

_____. Serviço Social: da formação acadêmica ao exercício profissional. Manaus: EDUA, 2015.

SILVA, M. P. M; VALLINA, K. A. L. O assistente social e as mudanças no mundo do trabalho. Manaus: Edua, 2005.

SILVA, T. T. da. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. 1. ed. 4 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SLOMSKI, V. G. [et. al]. Mudanças curriculares e qualidade de ensino: ensino com pesquisa como proposta metodológica para a formação de contadores globalizados. Revista de Contabilidade e Organizações – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA)-RP/USP, v.4, n.8, p.160-188, jan-abr 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rco/article/viewFile/34763/37501>. Acesso em: 16 jan. 2016.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS/CEAD/Unb. 2009. Disponível em: http://www.prof.joasantas.nom.br/materialdidatico/material/4_-_O_projeto_etico-politico_do_Servico_Social.pdf. Acesso em: 05 jan. 2016.

TAFFAREL, C. N. Z. A formação profissional e as diretrizes curriculares do programa nacional de graduação: o assalto às consciências e o amoldamento subjetivo. Revista da Educação Física/UEM. Maringá, ano IX, n.1, p.13-23, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1715/1/2635%20FACED.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

